



Presidência da República

SEPLAN
Secretaria de Planejamento
e Coordenação

TERMOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO
GLOSSÁRIO: PORTUGUÊS – INGLÊS
FRANCÊS – ESPANHOL

SEPLAN-PR/Secretaria de Assuntos Internacionais

SUSA/Coordenadoria de Avaliação

Termos Técnicos de Avaliação

Glossário: Português - Inglês - Francês - Espanhol

Brasília, Setembro 1989

**Edição do documento e elaboração do glossário em português por
Ângela Maria Cartier Marques**

I - INTRODUÇÃO

O autor intitula o trabalho de "Introdução ao Projeto de Avaliação da Qualidade das Águas do Rio Tietê".
O projeto é dividido em quatro partes principais: "Introdução", "Sumário", "Propósito", "Verificação de Conformidade" e "Círculos de Interesses e Atividade de avaliação".

I - INTRODUÇÃO

II - ÍNDICE DO GLOSSÁRIO

III - GLOSSÁRIO

I N T R O D U Ç Ã O

É generalizada a tendência de qualificar como "avaliação" qualquer tipo de juízo ou exame de programas e projetos, bem como de dar diversas interpretações a termos como "informe", "supervisão", "verificação de contas", "auditoria" e outros referentes à atividade de avaliação.

O Comitê Administrativo das Nações Unidas sentiu a necessidade de chegar-se a um consenso quanto à terminologia utilizada de forma a facilitar o intercâmbio de experiências, idéias e coordenação entre as diversas organizações multilaterais que executam esta tarefa. Foi então, elaborado um glossário contendo termos-chave, em inglês, francês e espanhol, uniformizando as definições existentes e buscando, não uma conceituação rígida, mas, um melhor entendimento da terminologia utilizada em avaliação.

Este documento correlaciona termos em português à terminologia da ONU como sugestão de um glossário para uso nas agências governamentais federais.

ÍNDICE (PORTUGUÊS/INGLÊS/FRANCÊS/ESPAÑOL)

1*. Auditoria.....	1
Audit.....	2
Vérification.....	3
Auditoría.....	4
1.1* Auditoria Interna.....	1
Internal Audit.....	2
Vérification Interne.....	3
Auditoría Interna.....	4
1.2* Auditoria Externa.....	1
External Audit.....	2
Vérification Externe.....	3
Auditoría Externa.....	4
2. Controle.....	5
Control.....	7
Contrôle.....	9
Control.....	11
2.1. Controle Financeiro.....	5
Financial Control.....	7
Contrôle Comptable.....	9
Control Financeiro.....	11
2.2. Controle Técnico.....	5
Technical Control.....	7
Contrôle Technique.....	9
Control Técnico.....	11
2.3* Acompanhamento/Monitoramento.....	5
Monitoring.....	7
Suivi.....	9
Vigilancia.....	11
2.4. Análise Administrativa.....	6
Management Review.....	8
Examen de la Gestión.....	10
Examen de la Gestión.....	12
2.5* Inspeção.....	6
Inspection.....	8
Inspection.....	10
Inspección.....	12

3. Tipos de Avaliação.....	13
Types of Evaluation.....	17
Types D'Evaluation.....	21
Tipos de Evaluaciones.....	25
3.1* Identificação.....	13
Identification.....	17
Identification.....	21
Identificación.....	25
3.2. Avaliação Ex-ante/apreciação.....	13
Appraisal Ex-ante.....	17
Appréciation/Examen Préalable.....	21
Apreciación Ex-ante.....	25
3.3* Avaliação.....	13
Evaluation.....	17
Évaluation.....	21
Evaluación.....	25
3.4* Avaliação Intermediária/Concomitante.....	14
Mid Term Evaluation.....	18
Évaluation Concomitante.....	22
Evaluación Intermedia.....	26
3.5* Avaliação Ex-Post.....	14
Ex-Post Evaluation.....	18
Évaluation Ex-Post.....	22
Evaluación Ex-Post.....	26
3.6. Auto-Avaliação.....	14
Self Evaluation.....	18
Auto Évaluation.....	22
Auto-Évaluación.....	26
3.7. Avaliação Incorporada.....	14
Incorporated/Built-in Evaluation.....	18
Évaluation Incorporée.....	22
Evaluación Incorporada.....	26
3.8* Avaliação Interna.....	14
Internal Evaluation.....	18
Évaluation Interne.....	22
Evaluación Interna.....	26
3.9* Avaliação Externa.....	15
External Evaluation.....	19
Évaluation Externe.....	23
Evaluación Externa.....	27

3.10*	Avaliação de Projeto.....	15
	Project Evaluation.....	19
	Évaluation de Project.....	23
	Evaluación de Projeto.....	27
3.11.	Avaliação Setorial.....	16
	Sector Evaluation.....	20
	Évaluation Sectorielle.....	24
	Evaluación Sectorial.....	28
3.12*	Avaliação de Programas.....	16
	Programme Evaluation.....	20
	Évaluation de Programme.....	24
	Evaluación de Programa.....	28
3.13*	Avaliação de Processo.....	16
	Process Evaluation.....	20
	Évaluation de Processus.....	24
	Evaluación de Processo.....	28
4.	Informações Essenciais para a Avaliação	29
4.1.	Estrutura Lógica.....	29
	Logical Framework.....	34
	Le Cadre Logique.....	38
	Marco Lógico.....	43
4.1.1.	Matriz da Análise da Estrutura Lógica (AEL).....	29
	LFA Matrix.....	34
	Tableau Matriciel de MGL.....	38
	Matriz AML.....	43
4.1.2.	Lógica Vertical.....	29
	Vertical Logic.....	34
	Logique Verticale.....	38
	Lógica Vertical.....	43
4.1.3.	Resumo Narrativo.....	29
	Narrative Summary.....	34
	Résumé Narratif.....	38
	Resumen Narrativo.....	43
4.1.4.	Lógica Horizontal.....	29
	Horizontal Logic.....	34
	Logique Horizontale.....	38
	Lógica Horizontal.....	43
4.2.	Meta de Desenvolvimento.....	30
	Development Objetive.....	35
	But.....	39
	Objetivo de Desarrollo.....	44

4.3*	Objetivo Operacional.....	30
	Operational Objective.....	35
	Objetive Opérationnel.....	39
	Objetivo Operativo.....	44
4.4*	Resultados/Produtos.....	30
	Outputs.....	35
	Résultats Extrants.....	39
	Resultados.....	44
4.5*	Insumos.....	30
	Inputs.....	35
	Moyens Apports Intrants.....	39
	Medios/Insumos.....	44
4.6.	Hipótese Inicial.....	31
	Initial Hypothesis.....	35
	Hypoth'se de Base.....	40
	Hipótesis Inicial.....	45
4.7.	Estudo da Estrutura da Avaliação.....	31
	Evaluation Framework Study.....	35
	Cadre d'Évaluation.....	40
	Estudio del Marco de Evaluación.....	45
4.8*	Suposição Crítica.....	31
	Critical Assumption.....	36
	Condition Critique.....	40
	Supuesto Crítico.....	45
4.9.	Suposição Inicial.....	31
	Initial Assumption.....	36
	Condition Préalable.....	40
	Supuesto Inicial.....	45
4.10*	Indicador.....	31
	Indicator.....	36
	Indicateur.....	40
	Indicador.....	45
4.11.	Indicadores Objetivamente Verificáveis.....	32
	Objectively Verifiable Indicators.....	36
	Indices Objectivement Vérifiables.....	41
	Indicadores Verificables Objetivamente.....	46
4.12.	Efeito Primário.....	32
	Primary Effect.....	36
	Effet Primalire.....	41
	Efecto Primario.....	46

4.13. Efeito Secundário.....	32
Secondary Effect.....	36
Effet Secondaire.....	41
Efecto Secundario.....	46
4.14. Custo Direto.....	32
Direct Cost.....	36
Coût Direct.....	42
Costo Directo.....	46
4.15. Custo Indireto.....	32
Indirect Cost.....	36
Coût Indirect.....	42
Costo Indirecto.....	46
4.16. Custos Incorridos.....	33
Recurring Costs.....	37
Coût Récurrents.....	42
Costos Recurrents.....	47
4.17. Custo Local.....	33
Local Cost.....	37
Coût Local.....	42
Costo Local.....	47
4.18. Custo Estimado.....	33
Estimated Cost.....	37
Coût en Devises.....	42
Costo Estimado.....	47
4.19. Grupos Objetivados/Beneficiários/ Grupos Prejudicados.....	33
Target Group/Beneficiaries/injured Group.....	37
Groupe Cible/Bénéficiaires/Personnes Lesées.....	42
Grupo Objeto del Proyecto o Programma/ Beneficiarios/Grupos Perjudicados.....	47
 5. Critérios Gerais de Avaliação.....	48
General Evaluation Criteria.....	52
Critères Généraux D'Évaluation.....	56
Criterios Generales de Evaluación.....	60
 5.1* Eficácia/Benefício.....	48
Effectiveness.....	52
Efficacité.....	56
Eficácia.....	60
 5.2* Eficiência.....	48
Efficiency.....	52
Rendement Efficiency.....	56
Eficiência.....	60

5.3*	Impacto.....	48
	Impact.....	52
	Impact.....	56
	Impacto.....	60
5.4*	Relevância/Razão do Programa.....	49
	Relevance/Programe Rationale.....	53
	Pertinence (Bien Fondé)/Raison d'Être du Programme.....	57
	Pertinencia/Razón de Ser del Programa.....	61
5.5.	Viabilidade/Sustentabilidade.....	49
	Sustainability.....	53
	Viabilité.....	57
	Viabilidad/Sustentabilidad.....	61
5.6.	Efeitos Externos.....	49
	External Effects.....	53
	Effets Externes.....	57
	Efectos Externos.....	61
5.7.	Intangíveis.....	49
	Intangibles.....	53
	Non Mensurables.....	57
	Intangibles.....	61
5.8.	Efeitos Diretos.....	49
	Direct Effects.....	53
	Effets Directs.....	57
	Effectos Directos.....	61
5.9.	Efeitos Indiretos.....	50
	Indirect Effects.....	54
	Effets Indirects.....	58
	Efectos Indirectos.....	62
5.10.	Efeitos Multiplicadores.....	50
	Multiplier Effects.....	54
	Effets Multiplicateurs.....	58
	Efectos Multiplicadores/Impacto Económico.....	62
5.11*	Análise de Custo-Benefício.....	50
	Cost-Benefit Analysis.....	54
	Coût-Bénéfices Analyses.....	58
	Análisis de Costo-Beneficio.....	62
5.12.	Análise Financeira de Custo-Benefício.....	50
	Financial Cost-Benefit Analysis.....	54
	Analyse Coûts Bénéfices Financiers.....	58
	Análisis de Costo Béneficio Financiero.....	62

VII

5.13.	Análise Econômica do Custo/Benefício.....	50
	Economic Cost-Benefit Analysis.....	54
	Analyse Coûts-Bénéfices Économique.....	58
	Análisis de Costo-Beneficio Económico.....	62
5.14.	Análise do Custo/Benefício Social.....	51
	Social Cost Benefit Analysis.....	55
	Analyse Coûts Bénéfices Social.....	59
	Análisis de Costo-Beneficio Social.....	63
5.15.	Análise de Custo-Eficácia.....	51
	Cost Effectiveness Analysis.....	55
	Analyse Coûts-Efficacité.....	59
	Análisis de Costo-Eficácia.....	63
5.16.	Taxa Interna de Retorno.....	51
	Internal Rate of Return.....	55
	Taux de Rendement Interne.....	59
	Tasa de Retorno Interno.....	63
5.17.	Taxa de Retorno Efetivo.....	51
	Realised Rate of Return.....	55
	Taux de Rendement Interne Réalisé.....	59
	Tasa de Retorno Efectivo.....	63
6.	Metodologia de Avaliação.....	64
	Evaluation Methodology.....	65
	Méthode d'Évaluation.....	66
	Metodología.....	67
6.1*	Metodologia.....	64
	Methodology.....	65
	Methode d'Évaluation.....	66
	Metodología.....	67
6.2.	"Feedback"/Retroação.....	64
	Feedback.....	65
	Rétroaction.....	66
	Retroacción.....	67
6.3.	Relatórios.....	64
	Reports.....	65
	Rapports.....	66
	Informes.....	67
6.3.1.	Estudos de Base.....	64
	Base-Line Studies.....	65
	Étude de Base.....	66
	Estudio de Base.....	67

VIII

6.3.2. Relatório de Término.....	84
Project Completion Report.....	85
Rapporte Terminal.....	86
Informe Final.....	87
6.4. Equipe de Avaliação.....	84
Evaluation Team.....	85
Équipe d'Évaluation.....	86
Equipo de Evaluación.....	87

Obs: (*) Indicam termos que figuram no glossário das Nações Unidas (ONU)

1. AUDITORIA

Função que visa determinar se e até que ponto medidas, procedimentos diretrizes e normas organizacionais do doador e de suas representações no Terceiro Mundo estão de acordo com as normas e critérios pré-estabelecidos.

COMENTÁRIOS

Na França "audit"/"vérification". Nos Países Baixos - o sentido é mais restrito do que avaliação propriamente dita, uma vez que examina apenas a adequação a padrões e à legalidade de um projeto.

1.1. AUDITORIA INTERNA - executada pelo próprio pessoal da administração.

1.2. AUDITORIA EXTERNA - executada por uma entidade externa à administração em questão.

1. * AUDIT

Audit-is an examination or review which establishes whetherant to what extent, the measures, processes, directives, and outputs (performance) an organisational procedures of the donor, and its missions in the Third World, conform to norms and criteria set out in advance.

COMMENTS: The French say that the word "audit" should be translated as "vérification". The Netherlands say that the audit function is more limited than evaluation itself in that it only examines conformity to standards, or a project's "legality".

1.1. * INTERNAL AUDIT

The execution of an audit by the administrative unit being audited.

1.2. * EXTERNAL AUDIT

The execution of an audit by a group outside the unit being audited.

1. VÉRIFICATION

Fonction de gestion qui consiste à déterminer et vérifier si, et dans quelle mesure, les processus, les textes, directives et manuels, les procédures et circuits de l'organisation d'aide et de ses antennes dans le Tiers Monde sont conformes aux normes et critères déterminés à l'avance.

COMMENTAIRES: La France remarque que le mot "audit" devrait être traduit par "vérification". Les Pays-Bas notent que cette fonction est plus restreinte que l'évaluation proprement dite en ce sens qu'elle ne porte que sur la conformité à des normes, ou sur la "légalité" d'un projet.

1.1 VÉRIFICATION INTERNE

Exécution d'une vérification par un service interne de l'administration en question.

1.2 VÉRIFICATION EXTERNE

Exécution d'une vérification par une entité extérieure à l'administration en question.

1.2 AUDITORS EXTERNA

Exécution d'une vérification par un groupe qui n'est pas partie de l'administration en question.

1. AUDITORIA

COMENTARIOS

Determina si las medidas, los processos, las directivas y los procedimientos organizativos del país proveedor, y sus misiones en los países receptores, están conformes, y en qué medida, a las normas y los criterios establecidos con anterioridad.

Comentarios: Los franceses dicen que el término "auditoría" se debería traducir como "verificación". Los Países Bajos indican que la función de auditoría es más limitada que la evaluación misma en el sentido que la auditoría sólo examina la conformidad a las normas, o dictamina sobre la "legalidad" de un proyecto.

1.1 AUDITORIA INTERNA

Ejecución de una auditoría por parte de la misma unidad administrativa en cuestión.

1.2 AUDITORIA EXTERNA

Ejecución de una auditoría por un grupo que no es parte de la unidad en cuestión.

COMENTARIOS

Para los Países Bajos, el concepto de auditoría parece que debe ser extendido a más de "internas", más considerar como algo más que una revisión. Un trabajo continuo de revisión e análisis de datos que tiene lugar a lo largo de un proyecto de forma sistemática es más apropiado. Además, se sugiere que el trabajo entre monitoreo y auditoría se basa en las siguientes diferencias: los proyectos de monitoreo suelen ser una actividad continua, algunos prefieren a veces "auditar" solo una vez, pero en la substancial de que sea anticipada. Una revisión sistemática de supervisión como revisión con sugerencias para mejoramiento, que incluye estos datos basados en el tipo de auditoría, es más apropiado que el concepto como supervisión o revisión en la que se basa en revisión general.

2. CONTROLE

COMENTÁRIOS

Canadá e Austrália não utilizam o termo "control". O Canadá prefere o termo "management review" que engloba uma grande variedade de medidas para acompanhamento e atividades destinadas ao controle de problemas, concebidas para assegurar que as operações estejam funcionando satisfatoriamente. O Canadá também demonstra preferência pela expressão francesa "examen de la gestion". Os Países Baixos consideram que o termo "controle" é mais ligado à análise financeira, por exemplo, para determinar se faturas são emitidas adequadamente.

2.1. CONTROLE FINANCEIRO

Função da administração que consiste em verificar se os documentos financeiros estão exatos, as despesas foram autorizadas, resarcidas e se elas são compatíveis com os regulamentos e contratos.

2.2 CONTROLE TÉCNICO

Uma função da administração que consiste em verificar, antes que sejam colocados à disposição, se os materiais e equipamentos estão de acordo com as especificações técnicas e normas internacionais em vigor.

2.3 ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO/SUPERVISÃO

Uma função da administração que, através da coleta de dados, visa estabelecer se os recursos materiais e financeiros são suficientes; se o pessoal encarregado possui as qualificações técnicas e pessoais necessárias; se as atividades estão de acordo com o plano de trabalho e se o plano de trabalho está sendo realizado e produzindo os objetivos originais.

COMENTÁRIOS

Para os Países Baixos, o conceito de monitoramento não deve ser associado à idéia de "controle". Eles consideram como monitoramento um trabalho contínuo de coleta e análise de dados que visa buscar o progresso em um projeto de forma a poder efetuar os ajustes necessários. Na França faz-se uma distinção entre monitoramento interno, efetuado por agentes percentecentes ao projeto e monitoramento externo, efetuado por uma entidade externa. Alguns preferem o termo "examen" por ser similar, porém mais substancial do que monitoramento. Isto envolve a análise não só da implementação como também dos conceitos básicos e estratégias. As Nações Unidas referem-se ao termo como "continuous oversight" para se assegurar que as ações estão sendo executadas de acordo com o plano. O Banco Mundial define o termo como "supervision". O Canadá utiliza-o sob o ponto de vista de administração.

2.4 ANÁLISE ADMINISTRATIVA/EXAME ADMINISTRATIVO

Termo usado para descrever um elemento do trabalho administrativo que pode envolver uma ampla variedade de atividades de monitoramento destinadas à resolução de problemas concebido para assegurar que as operações funcionem satisfatoriamente. Em alguns casos, constitui-se num elemento vital no processo de controle da administração refletindo seu estilo próprio, podendo fazer parte de qualquer sistema de controle administrativo.

2.5 INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO

Uma função administrativa que realiza uma investigação local, algumas vezes de improviso, com vistas a resolver problemas que podem ou não terem sido detectados previamente.

COMENTÁRIOS AL CONTROL

A ONU ressalta que ela pode ser realizada tanto inesperadamente ou mesmo marcada com antecedência. A ênfase maior é dada ao tratamento de problemas inesperados. Nos Países Baixos o termo tem uma abrangência maior, além da resolução de problemas. Eles o utilizam para exprimir uma idéia mais geral de avaliação externa não incluindo o fator de imprevisto.

2. CONTROL

COMMENTS: Canada and Australia note that they do not use the term "control". Canada prefers "management review", indicating a wide range of monitoring and problem-solving activities designed to ensure that operations are functioning satisfactorily. Canada also notes that it prefers the French term "examen de la gestion". The Netherlands says that "control" refers to financial verification, such as finding out if invoices have been properly issued.

2.1. FINANCIAL CONTROL

Internal financial control: verifies if financial documents are exact, whether expenses have been authorised and recovered, and whether they conform to rules and contracts.

2.2 TECHNICAL CONTROL

A management function to determine if materials conform to technical specifications and to international norms in effect.

2.3 * MONITORING

A management function which uses a methodical collection of data to determine whether the material and financial resources are sufficient, whether the people in charge have the necessary technical and personal qualifications, whether activities conform to work plans, and whether the work plan has been achieved and has produced the original objectives.

COMMENTS: The Netherlands feels that the concept of "monitoring" should not be associated with the idea of "control" - It describes monitoring as the continuous collection and analysis of data in order to assess progress in a project in order to be able to make any necessary adjustments. In France, a distinction is made between internal and external monitoring, as being internal or external to the project. One prefers the term "review" as similar to, but more substantial than, monitoring. It involves the examination not only of implementation, but also of basic concepts and strategies. The UN definition refers to "continuous oversight" to see that "actions are proceeding according to plan". The World Bank prefers "supervision" to cover the monitoring function. Canada defines this concept from the standpoint of management.

2.4 MANAGEMENT REVIEW

Management review is a term used to describe an element of a manager's job which may involve a wide range of monitoring and problem-solving activities designed to ensure that operations are functioning satisfactorily. In many cases, it constitutes a vital element in the control process of the manager which reflects his personal style and may be part of any formal management control system.

2.5 * INSPECTION

A management function in which a special on-the-spot investigation is done, sometimes unexpectedly, in order to resolve problems which may or may not have been detected earlier.

COMMENTS: The UN notes that it can be carried out either unexpectedly or it can be scheduled in advance: the emphasis is on dealing with unexpected problems. The Netherlands notes that this term has a wider meaning than the United Nations concept of problem resolution; but they use it to mean external evaluation more generally, but conveying no hint of unexpectedness.

2.6 SUIVI

fonction qui par la collecte méthodique de données vise à savoir si les objectifs fixés et établis sont réalisés et si les fonds et les moyens sont suffisants. Si des difficultés ou des problèmes mineurs peuvent être résolus, les compétences techniques et personnelles pour assurer leurs réalisations doivent être vérifiées. Si le plan de travail est réalisé et produit les résultats attendus conformément aux méthodes et procédures déterminées, il devrait être appliquée une méthode d'évaluation.

COMMENTAIRES: Pour les Pays-Bas, le concept de "suiivi" ne désigne pas nécessairement un comité d'audit mais, au contraire, un processus continu de collecte et d'analyse de toutes sortes d'informations dans le but d'amélioration continue. En France, on distingue le suivi interne (qui assure par l'intermédiaire d'audit, de la surveillance externe) depuis que l'audit externe est régi par la loi. Les termes "audit" et "examen" sont proches. Il existe, en outre, dans le secteur administratif, une loi pour l'application réglementaire à l'égard de diverses normes aux concepts fondamentaux. En eux mêmes, dans les deux dernières unités, le terme "monitoring" n'est pas toujours bien défini comme une fonction, mais lorsque le terme est bien défini, il s'agit d'une activité dirigée par un auditeur dans un ou plusieurs domaines de vérification et de contrôle. Le terme considère peut être utilisé pour désigner l'application de la loi à certains domaines, soit dans le sens d'un audit réglementaire.

2. CONTRÔLE

COMMENTAIRES: Le Canada et l'Australie indiquent qu'ils n'utilisent pas ce terme. Le Canada préfère l'expression "management review", qui recouvre un large éventail de contrôles des tâches permettant de résoudre des problèmes et conçus de manière à garantir la bonne exécution des fonctions. Le Canada marque aussi sa préférence pour l'expression française "examen de la gestion". Les Pays-Bas remarquent que le terme "contrôle" se rapporte à une vérification comptable visant par exemple à déterminer si les factures ont été convenablement émises.

2.1 CONTRÔLE COMPTABLE

Fonction de gestion qui consiste à vérifier sur place si tous les documents comptables qui entrent au Service financier sont exacts, justifiés et fiables, recouvrent des dépenses qui ont été autorisées par les autorités ou par leurs délégués, ou qui ont été exposées conformément aux dispositions légales et réglementaires applicables, ou à des dispositions contractuelles.

2.2 CONTRÔLE TECHNIQUE

Fonction de gestion qui consiste à vérifier, avant qu'ils ne soient mis à la disposition d'une activité d'aide, si les matériels et équipements acquis sont conformes aux spécifications techniques qui figurent dans le cahier spécial des charges, et le cas échéant, aux normes internationales en vigueur.

2.3 SUIVI

Fonction qui par la collecte méthodique de données vise à savoir: si les apports matériels et financiers promis ont été fournis et sont suffisants; si les coopérants et homologues mis en place possèdent les compétences techniques et personnelles pour exécuter leurs tâches; si les activités déployées des experts, avec les apports, sont conformes au plan de travail; si le plan de travail est réalisé et produit les objectifs à atteindre conformément au plan; à prendre des mesures en vue de pallier les faiblesses rencontrées.

COMMENTAIRES: Pour les Pays-Bas, le concept de "suivi" ne doit pas être associé à l'idée de "contrôle". A leur avis, le suivi est un processus continu de collecte et d'analyse de données permettant de faire le point de l'avancement d'un projet afin d'apporter les ajustements qui paraîtraient nécessaires. En France, on distingue le suivi interne assuré par une structure interne au projet, et le suivi externe assuré par une entité extérieure au projet. Les termes "suivi" et "examen" sont proches l'un de l'autre mais le second est préférable car il peut s'appliquer non seulement à la mise en œuvre mais aussi aux concepts fondamentaux et aux stratégies. Dans le glossaire des Nations Unies, le terme "monitoring" est traduit par "surveillance" et est défini comme "la fonction qui consiste à suivre de façon continue l'exécution d'une activité afin de veiller à ce que les diverses étapes se déroulent conformément au plan". La Banque Mondiale préfère le terme "supervision" pour exprimer la fonction de suivi. Le Canada définit cette notion sous l'angle de la gestion.

2.4 EXAMEN DE LA GESTION

Ce terme décrit un élément des fonctions d'un gestionnaire pouvant comporter un large éventail de contrôles et de tâches permettant de résoudre des problèmes; et conçus de manière à garantir la bonne exécution des fonctions. Dans bon nombre de cas, l'examen de gestion constitue un élément essentiel du processus de contrôle adapté par le gestionnaire et reflétant son style personnel. L'examen de gestion peut s'inscrire dans tout autre système officiel de contrôle de gestion.

2.5 INSPECTION

Fonction de contrôle qui, par une enquête spéciale sur place, menée parfois à l'improviste, vise à résoudre des problèmes qui avaient ou n'avaient pas été décelés antérieurement.

COMMENTAIRES: Selon les Nations Unies, l'inspection est une activité faite à un moment prévu ou à l'improviste: l'accent est sur les problèmes qui n'avaient pas été décelés antérieurement. Les Pays-Bas donnent à ce terme une signification plus large que celle des Nations Unies où il est entendu au sens d'une activité visant à résoudre des problèmes; ils utilisent pour exprimer l'idée plus générale d'évaluation externe, sans toutefois y ajouter l'idée d'une activité faite à l'improviste.

2. CONTROL

Comentarios: El Canadá y Australia indican que ellos no utilizan el término "control". El Canadá prefiere la expresión "revisión administrativa", que abarca una amplia gama de actividades de vigilancia y de solución de problemas destinadas a asegurar el funcionamiento satisfactorio de las operaciones. El Canadá también indica que prefiere la expresión francesa "examen de la gestión". Los Países Bajos indican que el término "control" se refiere a una verificación financiera, destinada, por ejemplo, a determinar si se han emitido las facturas adecuadamente.

2.1 CONTROL FINANCIERO

Control financiero interno que consiste en verificar si los documentos financieros son exactos, si los gastos han sido autorizados y recuperados, y si están conformes a las reglas y los contratos.

2.2 CONTROL TÉCNICO

Función de gestión que determina si los materiales están conformes a las especificaciones técnicas y las normas internacionales en vigencia.

2.3 VIGILANCIA

Función de gestión que utiliza una recolección metódica de datos para determinar si los recursos materiales y financieros son suficientes, si las personas encargadas tienen las calificaciones técnicas y personales necesarias, si las actividades están conformes a los planes de trabajo, si se ha cumplido el plan de trabajo, y si el mismo ha logrado los objetivos originales.

Comentarios: Los Países Bajos opinan que el concepto de "vigilancia" no se debe relacionar con la idea de "control". Describen la vigilancia como un proceso continuo de recolección y análisis de datos para evaluar el progreso de un proyecto y así poder hacer los ajustes necesarios. En Francia se hace una distinción entre la vigilancia interna y externa, como algo interno del proyecto o externo al mismo. Algunos prefieren el término "revisión" como similar al de vigilancia pero más substancial, y que involucra un estudio no sólo de la ejecución sino también de los conceptos básicos y las estrategias. La definición de las Naciones Unidas se refiere a una "observación continua" que vea que "las acciones se desarrollen de acuerdo a lo planeado". El Banco Mundial prefiere el término "supervisión" para explicar la función de vigilancia.

2.4 EXAMEN DE LA GESTIÓN

Esta expresión se usa para describir un elemento de la función del gerente, que puede involucrar una amplia gama de actividades de vigilancia y de solución de problemas, destinadas a asegurar que funcionen satisfactoriamente las operaciones. En muchos casos, constituye un elemento vital del proceso de control del gerente, elemento que refleja su estilo personal y puede ser parte de cualquier sistema formal de control gerencial.

2.5 INSPECCIÓN

Es una función gerencial en la cual se realiza una investigación especial en el acto, a veces imprevista, para resolver problemas que pudieran o no haber sido detectados anteriormente.

Comentarios: Las Naciones Unidas indican que la inspección se puede llevar a cabo inesperadamente o puede ser programada con antelación; se hace hincapié en el tratamiento de problemas inesperados. Los Países Bajos dicen que este término tiene un significado más amplio que el concepto de las Naciones Unidas de solución de problemas, pero lo usan para expresar una evaluación externa más general sin connotación de inesperada.

3. TIPOS DE AVALIAÇÃO

3.1 IDENTIFICAÇÃO

Uma atividade técnica que, através de estudos de viabilidade é o objetivo é provar que as opções técnicas são viáveis e as melhores, determina métodos e enfoques alternativos para intervenções de ajuda. Esses estudos de viabilidade cobrem aspectos técnicos, financeiros, sociais e institucionais.

COMENTÁRIOS

Os Países Baixos ressaltam que "identificação" refere-se mais a uma descrição inicial da intervenção, significa um primeiro teste de um plano realizado, no local da ajuda, pela representação do doador. A ONU utiliza o termo "appraisal" mais do que "identification" ou "ex ante". A Dinamarca prefere "appraisal" a "ex-ante. A Austrália também prefere "appraisal". A França utiliza os termos "ex-ante" ou "a priori" e faz uma distinção entre "ex-ante" e appaisal"

3.2 AVALIAÇÃO EX-ANTE/APRECIAÇÃO

Exame crítico de um relatório de identificação que seleciona e categoriza as várias soluções sob o ponto de vista de:

- relevância
- viabilidade técnica e financeira
- rentabilidade sócio-econômica

O estágio da avaliação precede o da aprovação, pelas autoridades, das ações propostas.

3.3 AVALIAÇÃO

Um exame sistemático e tão objetivo quanto possível de um projeto ou programa em andamento ou concluído - sua concepção, implementação e resultados - com o objetivo de determinar sua eficiência, seu impacto, viabilidade e relevância de objetivo. O propósito de uma avaliação é o de orientar os que estão em cargos de decisão.

COMENTÁRIOS

Os Países Baixos acrescentam que seu propósito também é o de auxiliar na elaboração de políticas, planejamento e administração. A ONU adota o mesmo conceito, acrescido da noção de sustentabilidade.

3.4 AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA/CONCOMITANTE

Aquela executada durante a implementação. Seu principal objetivo é tirar conclusões para a administração do projeto. Algumas vezes é denominada avaliação do andamento do projeto.

COMENTÁRIOS

A USAID prefere utilizar o termo "mid-term evaluation". Os Países Baixos usam a expressão "internal evaluation". A França usa "suivi" ou "supervision". A Noruega prefere "phase evaluation"

3.5 AVALIAÇÃO EX-POST AVALIAÇÃO A POSTERIORI

Constitui-se na avaliação de uma intervenção após terminada. Seu propósito é o de averiguar, até que ponto a ajuda atendeu seus objetivos e tirar conclusões para intervenções similares no futuro.

COMENTÁRIOS

A Noruega prefere o termo "terminal or completion evaluation" avaliação final, por deixar claro que o projeto foi concluído.

3.6 AUTO-AVALIAÇÃO

Avaliação realizada por aqueles que estão administrando um programa ou projeto, no próprio campo do projeto.

3.7 AVALIAÇÃO INCORPORADA

Modalidade de execução que envolve uma grande parte de auto-avaliação contínua realizada pelos principais atores e participantes do projeto de acordo com critérios pré-estabelecidos relacionados com os propósitos e a meta.

COMENTÁRIOS

A Dinamarca prefere o termo "built-in evaluation" a "incorporated evaluation".

A França não utiliza "évaluation incorporée" preferindo o termo "suivi"

3.8 AVALIAÇÃO INTERNA

Avaliação de uma intervenção de ajuda realizada pela organização central que a fornece.

COMENTÁRIOS

A França utiliza o termo "suivi interne".

3.9 AVALIAÇÃO EXTERNA

Avaliação realizada por agentes externos à organização central que fornece a ajuda.

COMENTÁRIOS

Os Países Baixos consideram que esta definição é muito restrita e que exclui completamente os colaboradores da organização doadora, mesmo aqueles que possuem uma posição independente. Para eles "avaliação externa" é realizada por grupos independentes daqueles que realizam as atividades. A França não utiliza "avaliação externa" mas "suivi externe" "supervisão externa".

3.10 AVALIAÇÃO DE PROJETO

Avaliação de um projeto ou de atividades integradas para a obtenção de metas, num período determinado de tempo, logo após ao estabelecimento de um plano de ação

COMENTÁRIOS - Os Países Baixos consideram a definição insuficiente e acrescentam outras idéias: que as operações podem ser administradas em conjunto; que os resultados foram objeto de um exame preliminar e de avaliação e que a localização, duração e custos estão especificados.

3.11 AVALIAÇÃO SETORIAL

Avaliação de ações de ajuda diversificadas mas destinadas a atender um mesmo setor econômico.

3.12 AVALIAÇÃO DE PROGRAMA

Avaliação de ações diversificadas e pertencentes a distintos setores econômicos aos quais se convergem para a obtenção dos mesmos objetivos de desenvolvimento.

COMENTÁRIOS

Os Países Baixos consideram esta definição um tanto ampla exigindo, portanto, ser distinguida mais claramente do conceito de avaliação setorial. Uma avaliação setorial é, em prática, uma síntese de um certo número de relatórios de avaliação de projetos setoriais. Nas avaliações de programas, relatórios individuais de projetos são submetidos à avaliação no âmbito do programa. A Alemanha considera que "programa" possui ao mesmo tempo um sentido amplo e restrito. Restrito: uma combinação de projetos individuais com uma meta comum. Amplo: engloba projetos onde os recursos são utilizados a nível multi-setorial ou regional, especialmente sob a responsabilidade do país receptor (ex: auxílio alimentar e equilíbrio da balança de pagamentos).

3.13 AVALIAÇÃO DO PROCESSO/AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Avaliação de uma função administrativa permanente, na qual a administração exerce o suporte.

COMENTÁRIOS

O Reino Unido ressalta que o termo utilizado pelas Nações Unidas - "process" - tem o sentido de "procedures"/"procedimentos". Os Países Baixos acham que esta definição do termo "process" - conforme a interpretação da ONU, pode ser confundido com a de "programa". Eles descrevem "process" como uma operação organizacional, contínua, destinada a fornecer suporte para a consecução de certos objetivos a ONU resalta que os objetivos de um processo não são tão definidos como os de um programa apesar dele poder incluir projetos específicos.

3. TYPES OF EVALUATIONS

3.1 * IDENTIFICATION

A technical activity which, via the completion of feasibility studies, determines the aim is to prove that the technical options are sustainable (feasible) and that they are also the bestQ studies, alternative methods and approaches for aid interventions. These feasibility studies cover the technical, financial, social and institutional aspects.

COMMENTS: The Netherlands notes that "Identification" refers to more in the initial description of an intervention: it also means the first testing of a plan by the field office. The UN use the term "appraisal" rather than "identification". Australia uses "appraisal" rather than "identification" or "ex ante". Denmark also prefers "appraisal" to "ex ante" evaluation. France uses "ex ante" or "a priori" rather than "examen préalable", and makes a distinction between project identification and ex-ante appraisal.(Sec.3.2 below).

3.2 APPRAISAL EX-ANTE

The critical examination of the identification report, which selects and ranks the various solutions from the standpoint of:

- relevance;
- technical financial and institutional feasibility;
- socio-economic profitability.

3.3 * EVALUATION

An examination as systematic and objective as possible of an on-going or completed project/programme, its design, implementation and results with the aim of determining its efficiency, effectiveness, impact, sustainability and the relevance of the objectives. The purpose of an evaluation is to guide decision-makers.

COMMENTS: The Netherlands adds that the purpose of an evaluation is to assist policy planning and management. This is identical to the UN definition except that it adds the notion of sustainability.

The World Bank - defines "Evaluation" as the analysis of project results against project objectives in order to assess the extent to which the latter are being or have been realised by the project as well as to explain any discrepancy between projects results and the objectives. Both the development and the re-assessment of objectives may also be part of evaluation.

3.4 * MID-TERM EVALUATION

An evaluation carried out during implementation. Its principal goal is to draw conclusions for administering the project. Sometimes referred to as "on-going" project evaluations.

COMMENTS: USAID prefers "mid-term evaluations". The Netherlands does not use the term "on-going evaluation" but uses "internal evaluation instead. France does not use "évaluation concomitante", "intermédiaire", or "en cours d'exécution". It uses "suivi" or "supervision". Norway adds a sub-heading here, "phase-evaluation".

The World Bank prefers the term "on going evaluation"

3.5 EX-POST EVALUATION

Evaluation of an intervention after it has been completed. Its purpose is to study how well the aid served its purposes, and to draw conclusions for similar interventions in the future.

COMMENTS: Norway prefers the term "terminal or completion evaluation": it is more precise in suggesting that project has been completed.

3.6 SELF-EVALUATION

An evaluation by those who are administering a programme or project in the field.

3.7 INCORPORATED, BUILT-IN EVALUATION

An approach to implementation that involves fairly continuous self-evaluation by principal actors and participants, according to pre-established criteria related to the purpose and goal. Usually in the project plan during the design stage given funding as part of the project.

COMMENTS: Denmark prefers the term "built-in-evaluation" to "Incorporated evaluation". France does not use "évaluation incopororée".

3.8 * INTERNAL EVALUATION

Evaluation of an aid intervention by the central organisation which gives the aid.

COMMENTS: France use "suivi interne" in a different sense, as built-in monitoring which is internal to the project.

3.9 * EXTERNAL EVALUATION

An evaluation of an aid action by persons outside the central organisation that is giving the aid.

COMMENTS: The Netherlands feels that this definition is too limiting in that it excludes anyone within the donor agency, even those with an independent position. In their view "external evaluation" is carried out by groups which are independent of those who conduct an activity. France does not use "évaluation externe", rather it uses "suivi externe".

3.10 * PROJECT EVALUATION

A project is an undertaking which is designed to achieve certain specific objectives within a given budget and a specified period of time. Projects are generally part of a programme or sub-programme. They are also referred as programme elements. A project evaluation is an evaluation of an aid action integrated to attain designated goals, in a determined time span, and following an established plan of action.

Comments: The Netherlands feels that the definition is too short: wants to add the ideas that the operations can be managed together, that the results have been subjected to preliminary research and appraisal, and that location, duration and costs are specified.

EVALUATION OF PROCEDURES

PROCEDURES: An operational procedure is a continuous and recurring action. The word will normally be used in connection with a "programme" because the word has not been operationalised and the other and the completion dates make implementation of operationalisation, however, a process might include specific projects in a large programme.

The application of a programme administrative function, as under the definition of a programme supportive role.

COMMENTS: THE UNITED KINGDOM (UDAY) notes that the term "procedure" is not operationalised. The United Kingdom feels that this definition of the term "procedure", which is based on that of the UN, could easily be confused with "programme", especially if one is an operationalisation of a programme, and therefore cause confusion. However, the UN specifically states that the "objectives and outcomes" are more differentiated than the "procedures" and "processes" include specific products.

3.11 SECTOR EVALUATION

Evaluation of a variety of aid actions all of which are located in the same economic sector.

3.12 PROGRAMME EVALUATION

Programme is an organized set of activities, projects, processes or services which is directed, toward the attainment of specific objectives. A programme evaluation of aid actions of several kind and in different economic sectors which converge to attain the same development objectives.

COMMENTS: The Netherlands feels this definition is too broad and needs to be distinguished more clearly from a sector evaluation. A sector evaluation is, in practice, a synthesis of a number of individual project evaluation reports. In programme evaluations individual project reports are subordinate to the evaluation of the programme. Germany notes that "programme" has both a narrow and a broad meanings. Narrow: a combination of single projects with a common goal. Broad: projects where fund are used at a multi-sector or regional level, mostly under the responsibility of the recipient; for example, food aid, balance-of-payments support.

3.13 * PROCESS EVALUATION

EVALUATION OF PROCEDURES

Process is an organizational operation of a continuous and supporting nature. (It cannot really be viewed as a "project" or a "programme" because its objectives may be more generalized and less clear and its completion dates more indeterminate or non-existent. However, a process might include specific projects if it is large enough)

The evaluation of a permanent administrative function, in which the administration plays a supporting role.

COMMENTS: The United Kingdom (ODA) notes that the term "process" means "procedures". The Netherlands feels that this definition of the term "process", which is based on that of the UN, can easily be confused with "programme". They describe a process as an organisational operation of a continuous and supportive nature to attain certain objectives. The UN specifically notes that the objectives of a process are more indeterminate than those of a programme, although it could include specific projects.

3. TYPES D'ÉVALUATION

3.1 IDENTIFICATION

Activité technique qui, par la réalisation d'études de faisabilité (faisabilité: vise à prouver que les alternatives techniques sont viables (faisables) et qu'elles sont les meilleures) établit les méthodes et approches alternatives pour réaliser les interventions d'aide. Ces études de faisabilité se situent sur le plan technique financier, social et institutionnel.

COMMENTAIRES: Pour les Pays-Bas, "l'identification" va au-delà de la description initiale d'une intervention: elle signifie également le premier essai d'un plan réalisé par le bureau extérieur. Dans le glossaire des Nations Unies, on trouve l'expression "examen préalable" au lieu du terme "identification". L'Australie emploie le terme "appraisal" (examen préalable) plutôt que "identification" ou "ex ante". Le Danemark préfère également "appraisal" à "ex ante evaluation". La France utilise évaluation "ex ante" ou "a priori" de préférence à "examen préalable" et distingue la phase de l'identification de celle de l'évaluation ex ante (Voir 3.2 ci-dessous).

3.2 APPRÉCIATION/EXAMEN PRÉALABLE

Examen critique du rapport d'identification, qui choisit et hiérarchise les différentes solutions du point de vue de:

- la pertinence;
- la faisabilité technique, financière et institutionnelle;
- la rentabilité socio-économique.

L'appréciation est le stade immédiatement préalable à l'approbation, par les autorités, de l'action proposée.

3.3 ÉVALUATION

Processus qui vise à examiner aussi systématiquement et objectivement que possible un projet ou programme en cours ou achevé, sa conception, son exécution et ses résultats, de manière à déterminer son efficacité, son impact, sa viabilité et la pertinence des objectifs. L'évaluation a pour but de guider les décideurs.

COMMENTAIRES: Les Pays-Bas ajoutent que l'évaluation a pour objectif d'aider les décideurs, les planificateurs et les gestionnaires. Cette définition est identique à celles des Nations Unies, si ce n'est que cette dernière ajoute la notion de viabilité.

3.4 ÉVALUATION CONCOMITANTE

Évaluation faite en cours d'exécution du projet ou programme, que l'on désigne de plus en plus souvent comme une évaluation intermédiaire. Elle a pour but principal de tirer des conclusions pour l'administration du projet.

COMMENTAIRES: L'USAID préf're utiliser l'expression "mid-term evaluations" (évaluations intermédiaires). Les Pays-Bas n'emploient pas cette expression qu'ils remplacement par "évaluation interne". La France utilise les mots "suivi" ou "supervision" et non les expressions "évaluation concomitante", "intermédiaire" ou "en cours d'e exécution" La Norv'ge ajoute une sous-rubrique: "évaluation phase par phase".

3.5 ÉVALUATION EX-POST

Évaluation d'une action d'aide apr's son ach'vement. Elle a pour but d'étudier le fonctionnement de cette aide et de tirer des conclusions pour des interventions futures de même nature.

COMMENTAIRES: La Norv'ge préf're l'expression "évaluation terminale" qui est plus précise puisqu'elle sous-entend qu'il s'agit d'un projet achevé.

3.6 AUTO-ÉVALUATION

Évaluation d'une action d'aide par ceux qui réalisent un projet ou programme sur le terrain.

3.7 ÉVALUATION INCORPORÉE

Approche qui comporte une grande part d'auto-évaluation continue de la part des principaux acteurs et participants, sur la base de crit'res préétablis relatifs à la finalité et au but de l'activité. Est habituellement incluse au plan du projet au stade de la conception et financée dans le cadre du budget du projet.

COMMENTAIRES: Le Danemark préf're l'expression "built-in evaluation" à "incororated evaluation". La France n'utilise pas l'expression "évaluation incorpororée" mais celle de "suivi interne".

3.8 ÉVALUATION INTERNE

Évaluation d'une intervention par des fonctionnaires de l'organisation centrale qui exécute l'aide.

COMMENTAIRES: La France utilise "suivi interne" dans un sens différent, qui est celui du suivi assuré à l'intérieur du projet.

3.9 ÉVALUATION EXTERNE

Évaluation d'une intervention par des personnes extérieures à l'organisation centrale qui exécute l'aide.

COMMENTAIRES: Les Pays-Bas estiment cette définition trop restrictive en ce qu'elle exclut en bloc tous les collaborateurs d'un organisme donneur, même ceux qui y exercent une activité à titre indépendant. A leur avis, "l'évaluation externe" est celle qui est réalisée par des groupes distincts de ceux qui ont mené une activité. La France utilise l'expression "suivi externe" dans un sens différent, qui est celui suivi assuré par une entité extérieure au projet.

3.10 ÉVALUATION DE PROJET

Évaluation d'une action d'aide où des apports synchronisés et complémentaires sont fournis, en vue d'atteindre des objectifs fixes, dans un laps de temps déterminé et suivant un plan de travail établi.

COMMENTAIRES: Jugeant cette définition trop étroite, les Pays-Bas souhaitent qu'elle soit élargie aux idées suivantes: les opérations peuvent être gérées ensemble, les résultats ont fait l'objet d'une recherche préliminaire et d'un examen préalable; l'implantation, la durée et les coûts sont précisés.

3.11 ÉVALUATION SECTORIELLE

Évaluation d'actions d'aide de tout genre mais situées dans un même secteur économique.

3.12 ÉVALUATION DE PROGRAMME

Évaluation d'actions d'aide de tout genre et dans différents secteurs économiques qui convergent pour atteindre un même but de développement.

COMMENTAIRES: Pour les Pays-Bas, cette définition est trop large et il convient de faire une distinction plus nette entre l'évaluation de programme et l'évaluation sectorielle. Cette dernière consiste en pratique en une synthèse de plusieurs rapports d'évaluation concernant chacun un projet. Dans l'évaluation de programme, les rapports sur les projets individuels sont subordonnés à l'évaluation de l'ensemble du programme. L'Allemagne fait remarquer que le terme programme s'entend à la fois dans un sens étroit et dans un sens plus large: dans un sens étroit, il signifie un ensemble de projets ayant une finalité commune; au sens large, il englobe des projets dont les moyens de financement sont employés à un niveau plurisectoriel ou régional, le plus souvent sous la responsabilité du pays récipiendaire (cas, par exemple, de l'aide alimentaire, du soutien à la balance des paiements).

3.13. ÉVALUATION DE PROCESSUS

ÉVALUATION DE PROCÉDURES

Évaluation d'une fonction permanente d'administration ou de gestion ayant un caract're de soutien.

COMMMENTAIRES: Le Royaume-Uni (ODA) remarque que dans la terminologie des Nations Unies "processus" signifie "procédures". Selon les Pays-Bas, cette définition du terme "processus", fondée sur celle des Nations Unies, prête à confusion avec la notion de programme. Pour eux, le processus est une fonction permanente d'organisation ou de gestion ayant un caract're de soutien, réalisée pour atteindre certains objectifs. Les Nations Unies indiquent expressément qu'un processus, même s'il englobe des projets particuliers, a des objectifs moins précis qu'un programme.

3. TIPOS DE EVALUACIONES

3.1 IDENTIFICACIÓN

Es una actividad técnica que por medio de la realización de estudios de factibilidad teniendo como objetivo la comprobación de la viabilidad factibilidad la factibilidad y la optimalidad de las alternativas técnicas -- determina cuáles son los métodos y las vías de acceso para la intervención de la asistencia. Esos estudios de factibilidad cubren los aspectos técnicos, financieros, sociales e institucionales.

Comentarios: Los Países Bajos indican que "identificación" va más allá que la descripción inicial de una intervención, pues también significa el primer ensayo de un plan por parte de una oficina en el terreno. Las Naciones Unidas usan el término "apreciación" más que "identificación". Australia usa "apreciación" más que "identificación o "ex ante". Dinamarca también prefiere "apreciación" a "ex ante". Francia usa "ex ante" o "a priori" más que "examen préalable", y hace una distinción entre la identificación del proyecto y la apreciación ex ante. (Véase 3.2).

3.2 APRECIACIÓN EX ANTE

Es el examen crítico del informe de identificación, que selecciona y jerarquiza las diferentes soluciones desde el punto de vista de:

- la pertinencia
- la factibilidad técnica, financiera e institucional
- la rentabilidad socioeconómica.

La apreciación es la etapa que inmediatamente precede la de la aprobación, por parte de las autoridades, de la acción propuesta.

3.3 EVALUACIÓN

Este término indica un examen lo más sistemático y objetivo posible de un proyecto o un programa en ejecución o terminado, su diseño, su implementación y sus resultados, de modo a determinar su eficiencia, su eficacia, su impacto, su viabilidad y la pertinencia de sus objetivos. El objetivo de una evaluación es servir de guía a los que toman decisiones.

Comentarios: Los Países Bajos agregan que el objetivo de la evaluación es ayudar en la formulación de políticas, la planificación y la gestión. Es idéntica a la definición de las Naciones Unidas, excepto que agrega la noción de viabilidad.

3.4 EVALUACIÓN INTERMEDIA (EN CURSO)

Es la evaluación que se realiza durante la ejecución. Su objetivo principal es sacar conclusiones para la administración del proyecto. También se usa la expresión "evaluación de proyectos en curso"(on-going project evaluation).

Comentarios: La USAD prefiere la expresión "evaluación intermedia". Los Países Bajos no usan la expresión "evaluación en curso" sino que usan la expresión "evaluación interna". Francia no usa "evaluación concomitante", "intermediaria", o "en curso de ejecución", sino que usa "seguimiento" o "supervisión". Noruega agrega una sub-categoría aquí, la de "evaluación fase por fase".

3.5 EVALUACIÓN EX POST (A POSTERIORI)

Es la evaluación de una intervención luego de su terminación y tiene por objeto estudiar si la asistencia ha logrado su propósito y sacar conclusiones para actividades similares en el futuro.

Comentarios: Noruega prefiere la expresión "evaluación de terminación", la cual es más precisa ya que tiene la connotación de que el proyecto se ha completado.

3.6 AUTOEVALUACIÓN

Evaluación por parte de los que administran un programa o un proyecto en el terreno.

3.7 EVALUACIÓN INTERNA

Modalidad de ejecución que involucra una autoevaluación continua por parte de los principales actores y participantes de acuerdo con criterios pre-establecidos relacionados con el propósito y la meta. Generalmente, se incluye una actividad en el plan del proyecto durante la etapa de diseño y se la financia como parte del proyecto.

Comentarios: Dinamarca prefiere la expresión "evaluación inherente" ("built-in evaluation") a la de "evaluación incorporada". Francia no usa la expresión "evaluación incorporada", sino que usa "vigilancia interna" ("suivi interne").

3.8 EVALUACIÓN INTERNA

Evaluación de una intervención por parte del organismo central que otorga la asistencia.

Comentarios: Francia usa la expresión "vigilancia interna" en un sentido diferente, el de vigilancia incorporada que es interna al proyecto.

3.9 EVALUACIÓN EXTERNA

Evaluación de una acción de asistencia por parte de personas externas de la organización central que proporciona la asistencia.

Comentarios: Los Países Bajos opinan que esta definición es demasiado limitada en el sentido que excluye a todos los que son parte del organismo proveedor, aun los que tienen una posición independiente. Según ellos, la "evaluación externa" la realizan grupos que son independientes de los que llevan a cabo una actividad. Francia no usa la expresión "evaluación externa", sino que usa "vigilancia externa".

3.10 EVALUACIÓN DE PROYECTO

Evaluación de una acción o de actividades integradas de asistencia para el logro de metas designadas, en un lapso de tiempo determinado, y que sigue un plan de acción establecido.

Comentarios: Los Países Bajos creen que esta definición es demasiado escasa y quieren agregar las ideas que las operaciones se pueden manejar en conjunto, que los resultados han estado sujetos a una investigación y apreciación preliminar, y que se han especificado la ubicación, la duración y los costos.

3.11 EVALUACIÓN SECTORIAL PARA LA ASISTENCIA

Evaluación de una variedad de acciones de asistencia que están ubicadas en el mismo sector económico.

3.12 EVALUACIÓN DE PROGRAMA

Evaluación de acciones de asistencia de varios tipos y en distintos sectores económicos que convergen para lograr los mismos objetivos de desarrollo.

Comentarios: Los Países Bajos creen que esta definición es muy amplia y que se necesita distinguir más claramente entre la evaluación de programa y la evaluación sectorial. Una evaluación sectorial es en la práctica una síntesis de una serie de informes de evaluación de proyectos individuales. En la evaluación de programa, los informes de proyectos individuales están subordinados a la evaluación del programa. Alemania indica que "programa" tiene un sentido amplio y uno estricto. En sentido estricto, es una combinación de proyectos con una meta común; en sentido amplio, significa un grupo de proyectos cuyos fondos se utilizan a nivel multi-sectorial o regional, muy a menudo bajo responsabilidad del país receptor. Ejemplos: ayuda en alimentos, apoyo a la balanza de pagos.

3.12 EVALUACIÓN DE PROCESO

Evaluación de una función administrativa permanente en la cual la administración desempeña un papel de apoyo.

Comentarios: El Reino Unido (ODA) menciona que el término de las Naciones Unidas "proceso" significa "procedimientos". Los Países Bajos opinan que esta definición del término "proceso", que se basa en la de las Naciones Unidas, puede fácilmente confundirse con "programa". Los Países Bajos describen un proceso como una operación organizativa de naturaleza continua y de apoyo para lograr ciertos objetivos. Las Naciones Unidas indican específicamente que los objetivos de un proceso son más indeterminados que los de un programa, aunque el proceso puede incluir proyectos específicos.

4. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS PARA A AVALIAÇÃO

4.1 ESTRUTURA LÓGICA

É um instrumento da administração que consiste num grupo de conceitos interligados que devem ser utilizados em conjunto, de forma dinâmica, para permitir a elaboração de projetos ou programas bem concebidos, objetivamente descritos e que possam ser avaliados. Possibilita a realização de um resumo dos elementos de um programa ou projeto (insumos/resultados propósitos e metas), a análise de relação causa/efeito entre os aspectos operacionais (recursos/atividades/resultados) e considerações sobre o desenvolvimento (propósito/meta), facilitando assim o planejamento, a execução e avaliação de um programa ou projeto.

COMENTÁRIOS

O Canadá ressalta que a expressão "Logical Framework Analysis"/"Análise da Estrutura Lógica" não é utilizada no país. Prefere-se a expressão francesa "cadre logique". Enfatiza também a necessidade de se definir mais claramente muitos termos utilizados dentro do método da "análise da estrutura lógica".

4.1.1 MATRIZ DA AEL (ANÁLISE DA ESTRUTURA LÓGICA)

Quadro bidimensional que consta de quatro filas e quatro colunas que podem ser usadas para resumir a lógica vertical e horizontal de um projeto.

4.1.2 LÓGICA VERTICAL

A lógica vertical de um programa ou projeto designa as relações causais entre, por um lado, cada nível do resumo narrativo (insumos/resultados/propósito/propósito-meta) e, por outro lado, as condições críticas que afetam esse encadeamento.

4.1.3 RESUMO NARRATIVO

Elemento da lógica vertical-coluna, na qual são formulados os insumos, resultados, propósito e meta.

4.1.4 LÓGICA HORIZONTAL

O objetivo da lógica horizontal é o de medir os recursos e resultados de um programa através da identificação de indicadores verificáveis objetivamente e meios de verificação para esses indicadores.

4.2 META DE DESENVOLVIMENTO

É a razão para a existência de um programa/projeto ou o objetivo básico para o qual se produz os resultados. (No caso de um projeto, inclui sua contribuição para o programa de que faz parte).

4.3 OBJETIVO OPERACIONAL

A razão para um programa ou projeto. Um objetivo é similar ao aspecto quantitativo e mensurável de um índice objetivamente verificável na estrutura lógica. Num sentido amplo podem existir objetivos para os insumos, os resultados, propósitos e meta.

COMENTÁRIOS

A ONU utiliza os termos "objetivos" englobando tanto propósitos como meta, que são entendidos como "estado de coisas que se porpõe a alcançar".

4.4 * RESULTADOS/PRODUTO

Resultado de uma ajuda. O conjunto de resultados concretos a serem obtidos através da administração satisfatória dos insumos. Resultados intermediários necessários à obtenção da meta. Bens e serviços produzidos ou diretamente controlados pelo pessoal do programa.

COMENTÁRIOS: A definição não inclui aqueles resultados, que não determinam os propósitos do projeto.

4.5 * INSUMOS

Os meios pelos quais a ajuda é fornecida. O conjunto de "meios" (recursos e atividades) a serem mobilizados para produzir resultados. (Esses meios incluem as atividades de controle-avaliação, monitoramento e auditoria).

COMENTÁRIOS

Canadá prefere a palavra "intrant" ao termo "d'apport". A França ressalta que o termo "input", quando traduzido para o francês, adquire o sentido restritivo de fase intermediária. "Output" em francês surgere produção ou mudança de afazeres. Em lugar do termo d'apport preferem utilizar "moyen" para traduzir "input".

4.6 HIPÓTESE INICIAL

Estrutura básica para interpretar a realidade existente que serve de fundamento para a ajuda pretendida.

COMENTÁRIOS:

Canadá sugere um termo mais amplo.

4.7 ESTUDO DA ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO

Processo através do qual o propósito, os antecedentes e descrição de um programa ou projeto são documentados e, se necessário, esclarecidos. Permite que, ao mesmo tempo, determine-se quais informações terão que ser coletadas para que se possa proceder a uma avaliação útil do programa ou projeto numa ocasião oportuna.

4.8 SUPosiÇÃO CRÍTICA

Fator importante, exterior à assistência em si, que influenciará no sucesso da atividade, sobre o qual o administrador não exerce nenhuma influência. As condições iniciais são aquelas que se percebe como essenciais ao sucesso de um programa ou projeto.

4.9 SUPosiÇÃO INICIAL

Fator externo à atividade de ajuda que constitui um pré-requisito para o início do programa.

COMENTÁRIOS

Este termo refere-se às condições necessárias para que um projeto seja iniciado enquanto que o anterior refere-se às condições necessárias para o seu sucesso.

4.10 INDICADOR

Medida usada para demonstrar a mudança ou o resultado de um programa.

COMENTÁRIOS

4.11 INDICADORES OBJETIVAMENTE VERIFICÁVEIS

Conjunto de critérios (não necessariamente mensuráveis) utilizados para verificar o grau de realização (previsto ou atual) da meta setorial, os insumos e resultados de um programa ou projeto. Eles podem ser quantitativos - portanto verificáveis e mensuráveis - ou qualitativos e, então, somente verificáveis. É necessário que se forneçam esses índices juntamente com os resultados, insumos, objetivos específicos e meta setorial.

4.12 EFEITO PRIMÁRIO

O termo indica a mudança provocada pelo esforço de suporte para alcançar o objetivo específico da ajuda.

COMENTÁRIOS

A França ressalta que os efeitos primários podem ser diretos ou indiretos.

4.13 EFEITO SECUNDÁRIO

Termo que indica uma mudança ocorrida através de uma ação de assistência para a obtenção de um objetivo setorial e de maior alcance.

COMENTÁRIOS

A França indica que os efeitos secundários são também denominados efeitos induzidos, ou multiplicadores.

4.14 CUSTO DIRETO

Custo que leva em conta os gastos de uma atividade sendo, portanto, um elemento no cálculo da taxa de retorno.

4.15 CUSTO INDIRETO

Custo que não foi considerado na contabilidades dos planos de ajuda ou mesmo no cálculo da taxa interna de retorno. (veja "external effects"/"efeitos externos - 5.6").

COMENTÁRIOS

A França recomenda o "methode des effets", que permite a consideração dos custos e efeitos indiretos.

4.16 CUSTOS INCORRIDOS

Custos incorridos pelo funcionamento de uma ação de ajuda.

COMENTÁRIOS

Os Países Baixos consideram-nos custos regulares necessários para a execução da atividade, salários, reparos, manutenção. Eles devem ser distinguidos dos custos de capital e dos custos locais.

4.17 CUSTO LOCAL

Custo de uma contribuição, em moeda local.

4.18 CUSTO ESTIMADO

Custos estimados de uma atividade financiada por agência externa.

4.19 GRUPO OBJETIVADO, BENEFICIÁRIOS E GRUPOS PREJUDICADOS

Grupo de pessoas às quais se destina a atividade de ajuda. Se esse grupo for atingido positivamente pela ajuda ele será "beneficiário". Se o efeito for negativo o grupo será considerado como um grupo prejudicado/lesado.

4.1.2. NARRATIVE SUMMARY

One element of the vertical logic: the column in which the initial purpose, protocol and goal are formulated.

4.2. HORIZONTAL LOGIC

The objective of the horizontal logic is to measure the results and results of a programme over time through the identification of objectively verifiable indicators and means of verification for these indicators.

4. ESSENTIAL INFORMATION FOR EVALUATION

4.1 LOGICAL FRAMEWORK

Management tool consisting of a set of interlocking concepts which must be used together in a dynamic fashion to permit the elaboration of well-designed, objectively described and evaluable (programme or) project. It makes it possible to summarise the elements of a programme or project (inputs, outputs, purpose, goal), the cause-and-effect relationship among the operational aspects (resources, activities, outputs) and development considerations (purpose, goal), and thus facilitates planning, execution and evaluation of a programme or project.

COMMENTS: Canada notes that Logical Framework Analysis is translated as "méthode du cadre logique". Canada also suggests that it is important to define clearly several terms used in the Logical Framework Analysis.

4.1.1 LFA MATRIX

A two-dimensional table having four rows and four columns which can be used to summarise the vertical and horizontal logic of a project.

4.1.2. VERTICAL LOGIC

The vertical logic of a programme or project designates the causal relationships between, on the one hand, each level of the narrative summary (inputs-outputs, outputs-purpose, purpose-goal), and on the other, the critical assumptions affecting these linkages.

4.1.3. NARRATIVE SUMMARY

One element of the vertical logic: the column in which the inputs, outputs, purpose and goal are formulated.

4.1.4. HORIZONTAL LOGIC

The objective of the horizontal logic is to measure the resources and results of a programme or project through the identification of objectively verifiable indicators and means of verification for these indicators.

5. EVALUATION FRAMEWORK STUDY

An evaluation framework study is the process through which an organization's programme or project's purpose, background and description are documented and formalized, and the specific needs of the organization and its environment must be considered in order to relate to the specific needs of the organization.

4.2 DEVELOPMENT OBJETIVE

The reason for a programme or project, or the basic objective of producing the outputs. (In the case of a project, this includes the project's contribution to the programme of which it is a part).

4.3 OPERATIONAL OBJETIVE

The immediate reason for a programme or project. An objective is similar to the quantifiable and measurable aspect of an objectively verifiable indicator in the Loa Frame approach. In this broad sense, there can be objectives for inputs, outputs, purpose and goal.

COMMENTS: The Un uses "objectives" to encompass both purposes and aims, which are identified as "desired states".

4.4 OUTPUTS

The result of the aid. The set of concrete results to be produced through sound management of the inputs. Intermediate results necessary to achieve the purpose. Goods, services produced or directly controlled by the programme personnel.

COMMENTS: This definition does not include those results which are not instrumental to a project's purpose.

4.5 INPUT

The means by which the aid is provided. The set of means (resources and activities) to be mobilised to produce the output. (These means include the evaluation control activities, project monitoring and audit).

COMMENTS: Canada prefers the word "intran" rather than "d'apport". France notes that "input", when translated into French, has a restrictive sense of an intermediate step, and "output" when translated into French, suggests production or turnover. Thus they would not use the word "apport". Instead they would prefer the term "moyen" as a translation of "input".

4.6 INITIAL HYPOTHESIS

The basic framework for interpreting existing reality which serves as the logical basis for the intended aid.

COMMENTS: Canada suggsts a different and broader term.

4.7 EVALUATION FRAMEWORK STUDY

An evaluation framework study is the process through which a (new) programme's (or project's) purpose, background and description are documented and, if need be, clarified. At the same time, it is determined what information must be collected in order to be able to conduct a useful evaluation of the programme (or the project) at an appropriate time in the future.

4.8 *CRITICAL ASSUMPTION

An important factor, outside the aid itself, which will influence the success of the activity but over which the manager has no influence. Initial assumptions constitute perceived conditions for the success of a project or programme.

4.9 INITIAL ASSUMPTION

An essential factor, external to the aid activity, which is a prerequisite to beginning the programme.

4.10 * INDICATOR

The measure which is used to demonstrate the change or the result of a programme.

4.11 OBJECTIVELY VERIFIABLE INDICATORS

A group of criteria (not necessarily measurable) used to verify the degree of accomplishment (foreseen or actual) of the sectoral purpose, the objective, the inputs and outputs of a programme or a project. They can be quantitative, and therefore both verifiable and measurable, or qualitative, and therefore only verifiable. It is necessary to give these indices along with the outputs, inputs, specific objectives and purpose.

4.12 PRIMARY EFFECT

A term that indicates the change brought about by an assistance effort to accomplish the specific objective of the aid.

COMMENTS: France notes that primary effects can be direct or indirect.

4.13 SECONDARY EFFECT

A term for the change brought about by an assistance effort to accomplish a sectoral and more long-range goal.

COMMENTS: France notes that secondary effects are also referred to as induced or multiplier effects.

4.14 DIRECT COST

A cost that takes account of the expenses of an aid activity, therefore an element in the calculation of the return.

4.15 INDIRECT COST

A cost which was not taken into account in the aid plans, nor in calculating the internal rate of return. (See also "external effects", 5.6)

COMMENTS: France notes that it recommends the "effects" method, which allows consideration of indirect costs and effects.

4.16 RECURRING COSTS

Cost incurred by the functioning of an assistance effort.

COMMENTS: The Netherlands notes that these are regular costs necessary for running an activity such as salaries, repairs, maintenance. They should therefore be distinguished from capital costs and also from local costs.

4.17 LOCAL COST

Cost (in local currency) of a contribution.

4.18 ESTIMATED COST

Estimated costs of an activity which is funded externally

4.19 TARGET GROUP, BENEFICIARIES INJURED GROUPS

A group of people intended to be affected positively by an aid activity. If from the view of the group they are affected positively, then they are beneficiaries. If, from their view, they are affected negatively, then they are injured parties.

4 DONNÉES ESSENTIELLES POUR L'ÉVALUATION

4.1 LE CADRE LOGIQUE

Outil de gestion comportant un ensemble de concepts liés les uns aux autres qui doivent être utilisés concurremment de façon dynamique pour permettre l'élaboration (d'un programme ou) d'un projet bien conçu, décrit en termes objectifs et dont on pourra ultérieurement évaluer les résultats. Le CL permet de résumer les éléments d'un programme ou d'un projet (moyens, résultats, but, finalité), les liens de causalité entre aspects opérationnels (ressources, activités, résultats), afin de faciliter ainsi la planification, la réalisation et l'évaluation d'un programme ou d'un projet.

COMMENTAIRES: Le Canada relève que l'expression "Logical Framework Analysis" est traduite par "Méthode du Cadre Logique". A son avis, il serait important de définir clairement plusieurs des termes employés dans la méthode du cadre logique.

4.1.1 TABLEAU MATRICIEL DE LA MCL

Tableau à deux dimensions comportant quatre rangées et quatre colonnes, qui permet de résumer la logique verticale et la logique horizontale d'un projet.

4.1.2 LOGIQUE VERTICALE

Logique verticale d'un programme ou d'un projet qui désigne les relations causales entre, d'une part, chaque niveau du résumé narratif (moyens-résultats, résultats-but, but-finalité), et, d'autre part, les conditions critiques influençant cet enchaînement.

4.1.3 RÉSUMÉ NARRATIF

Désigne une partie seulement de la logique verticale, c-à-d, la colonne où sont formulés les moyens, les résultats, le but et la finalité.

4.1.4 LOGIQUE HORIZONTALE

Logique horizontale qui a pour objet de mesurer les ressources et les réalisations d'un programme ou d'un projet par l'identification d'indices objectivement vérifiables et de moyens de vérification de ces indices.

4.2 BUT

Raison d'être d'un programme ou d'un projet ou motif fondamental pour lequel on veut produire les résultats. (Il s'agit en même temps - dans le cas d'un projet - de la contribution de ce projet au programme dans lequel il s'ins're).

4.3 OBJECTIF OPÉRATIONNEL

Raison immédiate d'un projet ou programme. L'objectif est assimilable à l'aspect quantitatif et mesurable d'un indice objectivement vérifiable au sens de la méthode du cadre logique. Dans cette acception tr's large, on parler d'objectif lorsqu'on se réf're aux moyens, aux résultats, au but et à la finalité.

COMMENTAIRES: La définition des Nations Unies englobe à la fois les objectifs et les buts, qui sont entendus comme "l'état de choses que l'on souhaite atteindre".

4.4 RÉSULTATS EXTRANTS

Produit de l'action d'aide. Ensemble des résultats concrets à produire à la suite d'une gestion satisfaisante des moyens mis en oeuvre. Résultats intermédiaires nécessaires pour atteindre le but. Biens, services fournis ou contrôlés directement par le personnel du programme.

COMMENTAIRES: Les résultats qui ne jouent pas un rôle déterminant dans le but du projet ne sont pas inclus dans cette définition.

4.5 MOYENS APPORTS INTRANTS

Ensemble de moyens (ressources et activités) à mettre en oeuvre pour produire les résultats. (ces moyens englobent aussi les activités de contrôle-évaluation, suivi, vérification du projet).

COMMENTAIRES: Le Canada préf're "entrant". La France remarque le mot "input" a le sens restrictif de consommation intermédiaire lorsqu'il est utilisé en français. Le terme "output" utilisé en français donne l'idée de production ou de chiffre d'affaires. Au lieu du term "apport", on préf're utiliser en France le term "moyen" pour traduire "input".

4.6 HYPOTHESE DE BASE

Cadre de l'interprétation de la réalité ex-ante qui constitue le fondement de la logique de l'aide envisagée.

COMMENTAIRES: Le Canada sugg're une autre expression, plus large.

4.7 CADRE D'ÉVALUATION

Processus par lequel le but, le contexte et les composantes d'un (nouveau) programme (ou projet) décrits de manière circonstanciée et clarifiés si besoin est. Il permet également de déterminer le genre d'information à recueillir pour être en mesure de réaliser une évaluation utile du programme (ou du projet) en temps opportun.

4.8 CONDITION CRITIQUE

Facteur important, extérieur à l'octroi d'aide, qui influencera le degré de succ's et sur lequel l'aide n'a pas prise. Il s'agit des conditions essentielles à réussite d'un programme ou d'un projet.

4.9 CONDITION PRÉALABLE

Facteur essentiel, extérieur à l'action d'aide, prérequis au démarrage d'une action d'aide.

COMMENTAIRE: Cette expression vise les conditions préalables au démarrage d'un projet alors que la précédente concerne les conditions dont dépend la réussite d'un projet.

4.10 INDICATEUR

Mesure qui montre le changement ou le résultat d'une activité que l'on constate.

4.11 INDICES OBJECTIVEMENT VÉRIFIABLES

Ensemble de crit'res ou de normes (pas nécessairement mesurables) utilisés pour vérifier le degré de réalisation (prévu ou réel) aux niveaux du but sectoriel, de l'objectif, des résultats et des moyens d'un programme ou d'un projet. Les indices objectivement vérifiables peuvent être "quantitatifs" donc à la fois vérifiables et mesurables, ou qualitatifs, c'est-à-dire seulement vérifiables. Il est nécessaire de se donner des indices objectivement vérifiables à fois aux niveaux moyens, résultats, objectif spécifique et but sectoriel.

4.12 EFFET PRIMAIRE

Indique le changement par rapport à l'objectif spécifique ou précis apporté à une situation à la suite d'une action d'aide.

COMMENTAIRE: La France remarque que les effets primaires peuvent être directs ou indirects.

4.13 EFFET SECONDAIRE

Changement, non explicitement recherché, apporté par une action d'aide visant objectif sectoriel plus large.

COMMENTAIRES: La France indique que les effets secondaires sont dits aussi effets induits ou effets multiplicateurs.

4.14 COÛT DIRECT

Coût dont on tient compte dans les dépenses d'une action d'aide, donc dans le calcul du taux de rendement interne.

4.15 COÛT INDIRECT

Coût dont on ne tient pas compte dans les dépenses d'une action d'aide, et qui n'entre donc pas dans le calcul du taux de rendement interne. (Voir aussi "effets extérieurs"5.6)

COMMENTAIRES: La France indique qu'elle recommande la méthode des effets, qui permet de prendre en compte les coûts et les effets indirects.

4.16 COÛT RÉCURRENTS

Coût incorporé au fonctionnement d'une action d'aide.

COMMENTAIRES: Les Pays-Bas font remarquer qu'il s'agit là de frais réguliers indispensables au déroulement d'une activité, par exemple: traitements et salaires, réparations, entretien. Ils doivent donc être distingués des dépenses en capital et des coûts locaux.

4.17 COÛT LOCAL

Coût (en monnaie locale) d'un apport.

4.18 COÛT EN DEVISES

Coût (en devises) d'un apport qui vient de l'extérieur.

4.19 GROUPE CIBLE

BÉNÉFICIAIRES, PERSONNES LÉSÉES

Groupe de personnes auquel est destiné l'activité d'aide. Si, du point de vue du groupe, l'effet est positif, il s'agit de "bénéficiaires". Si, du point de vue du groupe, l'effet est négatif, il s'agit de "personnes lésées"

4. INFORMACIÓN ESENCIAL PARA LA EVALUACIÓN

4.1 MARCO LÓGICO

Es un instrumento de gestión que consiste en una serie de conceptos interrelacionados que se deben usar en conjunto en forma dinámica para permitir la elaboración de un proyecto (o un programa) bien concebido, objetivamente descrito y que puede evaluarse. Tal instrumento permite resumir los elementos de un programa o proyecto (medios, resultados, propósitos, metas), la relación de causa y efecto entre los aspectos operativos (recursos, actividades, resultados) y las consideraciones de desarrollo (propósitos, metas), facilitando así la planificación, la ejecución y la evaluación de un programa o proyecto.

Comentarios: El Canadá indica que la expresión "Logical Framework Analysis" se traduce como "Méthode du cadre logique". También sugiere que es importante definir claramente varios de los términos usados en el análisis de marco lógico.

4.1.1 MATRIZ AML

Es un cuadro bidimensional que consta de cuatro filas y cuatro columnas que se puede utilizar para resumir la lógica vertical y la horizontal de un proyecto.

4.1.2 LÓGICA VERTICAL

Es la lógica vertical de un programa o proyecto que designa las relaciones causales entre, por un lado, cada nivel del resumen narrativo (medios-resultados-propósitos, propósitos-metas) y, por otro, las condiciones críticas que afectan estas relaciones.

4.1.3 RESUMEN NARRATIVO

Es un elemento de la lógica vertical: la columna en la que se formulan los medios, los resultados, los propósitos y las metas.

4.1.4 LÓGICA HORIZONTAL

El objetivo de la lógica horizontal es medir los recursos y los resultados de un programa o proyecto por medio de la identificación de indicadores objetivamente verificables y medios de verificación para estos indicadores.

4.2 OBJETIVO DE DESARROLLO

Es la razón de ser de un programa o proyecto, o el objetivo básico para el que se producen los resultados. (En el caso de un proyecto, esto incluye el aporte del proyecto al programa del cual forma parte).

4.3 OBJETIVO OPERATIVO

Es la razón inmediata de la existencia de un programa o proyecto. Un objetivo es similar al aspecto cuantitativo y commensurable de un indicador objetivamente verificable en el método de marco lógico. En este sentido amplio, pueden existir objetivos para los medios, los resultados, los propósitos y las metas.

Comentarios: Las Naciones Unidas usan el término "objetivos" para abarcar los propósitos y los fines, que se identifican como "el estado que se desea lograr".

4.4 RESULTADOS

El producto de la asistencia. El conjunto de resultados concretos a producir por medio de una administración adecuada de los medios. Resultados intermedios necesarios para lograr los propósitos. Bienes y servicios producidos o directamente controlados por el personal del programa.

Comentarios: Esta definición no incluye los resultados que no determinan el propósito de un proyecto.

4.5 MEDIOS, INSUMOS

Los medios a través de los cuales se proporciona la asistencia. El conjunto de medios (recursos y actividades) que se movilizan para producir los resultados. (Estos medios incluyen las actividades de control y evaluación, el seguimiento y la auditoría del proyecto).

Comentarios: El Canadá prefiere la palabra "insumo" a "aporte". Francia menciona que "insumo", al traducirse al francés tiene el sentido restrictivo de paso intermedio. El término "output", al traducirse al francés, da la idea de producción o volumen de negocios, por lo tanto ellos no usan la palabra "aporte" sino que prefieren el término "moyen" como traducción de "input".

4.6 HIPÓTESIS INICIAL

El marco básico para interpretar la realidad existente, que sirve de base lógica para la asistencia que se planea.

Comentarios: El Canadá sugiere un término distinto y más amplio.

4.7 ESTUDIO DEL MARCO DE EVALUACIÓN

Un estudio del marco de evaluación es un proceso por medio del cual el propósito de un (nuevo) programa (o proyecto), sus antecedentes y su descripción se documentan y se clarifican, si fuere necesario. Al mismo tiempo, se determina qué información se debe recolectar para poder llevar a cabo una evaluación útil del programa (o proyecto) en un momento oportuno en el futuro.

4.8 SUPUESTO CRÍTICO

Factor importante, exterior a la asistencia en sí, que habrá de influir en el éxito de la actividad pero sobre el cual el gerente no tiene influencia. Las condiciones iniciales constituyen condiciones que se perciben como necesarias para el éxito de un proyecto o programa.

4.9 SUPUESTO INICIAL

Factor esencial, externo a la actividad de asistencia, que constituye un prerequisito para la iniciación de un programa.

Comentarios: Mientras que este término indica condiciones necesarias para la iniciación de un proyecto, el término anterior indica condiciones necesarias para su éxito.

4.10 INDICADOR

La medida que se usa para demostrar el cambio o el resultado de un programa.

4.11 INDICADORES VERIFICABLES OBJETIVAMENTE

Un grupo de criterios (no necesariamente commensurables) utilizados para verificar el grado de realización (previsto o real) del propósito sectorial, del objetivo, de los medios y resultados de un programa o proyecto. Los indicadores pueden ser cuantitativos, y por lo tanto verificables y commensurables, o cualitativos, y por lo tanto solamente verificables. Es necesario proporcionar estos índices junto con los resultados, los medios, los objetivos específicos y los propósitos.

4.12 EFECTO PRIMARIO

Término que indica el cambio producido por una acción de asistencia para lograr el objetivo específico de la asistencia.

Comentarios: Francia menciona que los efectos primarios pueden ser directos o indirectos.

4.13 EFECTOS SECUNDARIOS

Término que denota el cambio producido por una acción de asistencia para lograr una meta sectorial y de mayor alcance.

Comentarios: Francia indica que los efectos secundarios también se denominan efectos inducidos o efectos multiplicadores.

4.14 COSTO DIRECTO

Costo que tiene en cuenta los gastos de la acción de asistencia y por lo tanto constituye un elemento en el cálculo de la tasa de retorno.

4.15 COSTO INDIRETO

Costo que no se ha tenido en cuenta en los planes de la asistencia ni en el cálculo de la tasa de retorno interno. (Véase también "efectos externos", 5.6).

Comentarios: Francia menciona que recomienda el método de "efectos", que permite la consideración de costos y efectos indirectos.

4.16 COSTOS RECURRENTES

Costos incurridos por el funcionamiento de una actividad de asistencia.

Comentarios: Los Países Bajos mencionan que son costos regulares necesarios para el desarrollo de una actividad, tales como sueldos, reparaciones, mantenimiento, y por lo tanto se los debería diferenciar de los costos de capital y también de los costos locales.

4.17 COSTO LOCAL

Costo (en moneda local) de un aporte.

4.18 COSTO ESTIMADO

Costos estimados de una actividad financiada desde el exterior.

4.19 GRUPO OBJETO DEL PROYECTO O PROGRAMA, BENEFICIARIOS, GRUPOS PERJUDICADOS

Grupo de personas que habrán de verse afectadas por una acción de asistencia. Si desde el punto de vista del grupo se ven afectados positivamente, constituyen beneficiarios. Si, desde el mismo punto de vista, se ven afectados negativamente, constituyen personas perjudicadas.

5.1 IMPACTO

Término usado para describir el efecto producido en las personas, en ciertas técnicas, conocimientos, sentimientos, conductas y ambientes, tras la realización de un proyecto o programa.

5. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

5.1 EFICÁCIA/BENEFÍCIOS

O termo indica até que ponto uma atividade de assistência logrou seus objetivos (veja-5.11-5.15)

COMENTÁRIOS

O Banco de Desenvolvimento Asiático acrescenta que o termo questiona se o projeto foi terminado em tempo mínimo, utilizando alternativas mais baratas, se ocorreram atrasos que poderiam ser evitados e se a utilização de outros métodos seria mais apropriada.

5.2 EFICIÊNCIA

Termo econômico que significa que a atividade de ajuda utiliza a menor quantidade de recursos necessários para conseguir seus objetivos. Em outras palavras - a ajuda pode obter os melhores resultados para a sua contribuição econômica. (veja - análise de custo benefício - 5.11)

COMENTÁRIOS

O Reino Unido (ODA) ressalta que é comum se confundir eficácia com efficiency. Isto torna-se um problema em relação a "custo/eficácia" que significa eficiência ou a extensão até a qual o objetivo foi conseguido pelo custo mais baixo. Como os termos são facilmente confundíveis, o Reino Unido (ODA) não faz distinção entre eles. Entretanto faz distinção entre eficácia/eficiência e impacto.

Na França eficácia e eficiência têm o mesmo sentido. A ONU ressalta que "eficiência" envolve, em geral, uma comparação entre as diversas maneiras de se conduzir uma atividade em busca do menor custo para a obtenção das metas.

5.3 IMPACTO

Termo que indica se o projeto obteve algum efeito, em sua cercanía, em termos técnicos, econômicos, socio-cultural, institucional e ambiental. (veja também a definição de "efeitos multiplicadores" 5.10).

5.4 EFEITO DIRETO

Um custo e benefício imediato é feito das intervenções para o projeto e dos seus resultados, sem considerar seu impacto na economia.

5.4 RELEVÂNCIA/RAZÃO DO PROGRAMA

Questiona-se até que ponto os objetivos e o mandato do programa ainda são relevantes; se as atividades e resultados são consistentes com o seu mandato e razoavelmente ligados à obtenção dos objetivos, e aos impactos e efeitos desejados.

COMENTÁRIOS

No Canadá prefere-se a expressão "bien-fondé" à "pertinence" e, em inglês o termo "rationale"/"razão" é mais utilizado do que "relevance"/"relevância". Na França utiliza-se "pertinence des objectifs" ao invés de "pertinence".

5.5 VIABILIDADE/SUSTENTABILIDADE

Termo que determina até que ponto os objetivos de uma ajuda continuarão após o término do projeto e até que ponto os grupos afetados pela ajuda desejam ou podem assumir os encargos e continuar cumprindo os objetivos propostos.

COMENTÁRIOS

O Reino Unido e os Países Baixos utilizam o termo "viability", a USAID prefere "sustainability". A Austrália utiliza "viability" para indicar até que ponto o projeto é financeiramente viável e pode continuar por conta própria.

5.6 EFEITOS EXTERNOS

Gastos/benefícios que não são levados em conta na determinação das despesas e receitas de um programa de ajuda. Esses custos/benefícios não são portanto considerados posteriormente na análise custo/benefício financeiro.

COMENTÁRIOS

A França utiliza o "methode des effects" que permite que os efeitos econômicos externos sejam considerados.

5.7 INTANGÍVEIS

São os custos e benefícios considerados pertinentes, mas que não podem ser mensurados e, portanto, não podem ser incluídos na análise econômica. Esses custos/benefícios são levados em conta, por exemplo, através de uma análise sociológica.

5.8 EFEITOS DIRETOS

Os custos e benefícios imediatos tanto das contribuições para um projeto e dos seus resultados, sem considerar seus efeitos na economia.

5.9 EFEITOS INDIRETOS

Os custos e benefícios produzidos pelos aportes ao projeto e pelos seus resultados.

5.10 EFEITO MULTIPLICADOR

Um efeito especial indireto que busca um aumento na utilização da capacidade econômica, através de programas de ajuda que geram aumento na demanda.

COMENTÁRIOS

Na França "l'impact sur l'économie" engloba efeitos diretos, indiretos e multiplicadores.

5.11 ANÁLISE DE CUSTO/BENEFÍCIO

Um tipo de análise econômica que leva em consideração todos os benefícios e custos em termos monetários, mensuráveis e reais e chega a um índice único para avaliar o projeto.

5.12 ANÁLISE FINANCEIRA DO CUSTO/BENEFÍCIO

É feita a partir do ponto de vista de uma entidade financeira como, por exemplo, um projeto.

5.13 ANÁLISE ECONÔMICA DE CUSTO/BENEFÍCIO

Análise feita do ponto de vista da economia como um todo, da qual a atividade de ajuda é uma parte.

COMENTÁRIOS

A Austrália ressalta que este tipo de análise permite medir a taxa de rentabilidade econômica a partir de preços econômicos.

5.14 ANÁLISE DO CUSTO/BENEFÍCIO SOCIAL

Análise econômica do custo benefício, feita do ponto de vista da economia como um todo incluindo, entretanto considerações do tipo distributivo.

COMENTÁRIOS

Austrália ressalta que ela é medida através da taxa de retorno social utilizando-se o esquema de ponderação de distribuição de rendas. O Reino Unido (ODA) acrescenta que esta forma de análise introduz os "shadow prices" para se avaliar os custos ou benefícios reais em termos de recursos.

5.15 ANÁLISE DE CUSTO/EFICÁCIA

Uma análise de custo benefício econômico ou social que quantifica os benefícios sem traduzi-los em termos monetários. Este tipo de análise permite que se compare métodos alternativos para se conseguir um objetivo. Permite também que, dentre eles, seja escolhido aquele de menor custo.

5.16 TAXA INTERNA DE RETORNO

Custo de oportunidade do capital investido no qual o valor líquido (net value) do projeto é igual a zero.

5.17 TAXA DE RETORNO EFETIVO

Taxa calculada após o término do projeto, quando se pode estimar o custo efetivo do investimento e resultados financeiros.

5. GENERAL EVALUATION CRITERIA

5.1 * EFFECTIVENESS

A measure of the extent to which an aid programme attains its objectives. (See also 5.11 - 5.15).

COMMENTS: The Asian Development Bank adds that the term asks if the project was completed in the minimum amount of time using least-cost alternatives, or whether avoidable delays occurred and whether methods would have been more appropriate.

5.2 * EFFICIENCY

An economic term which means that the aide uses the least costly resources necessary to achieve its objectives. In other words, the aid can gain the most results for its economic contributions. (See cost-benefit analysis. 5.11)

COMMENTS:

The ODA notes that it is common to confuse effectiveness and efficiency. This becomes a problem with the term "cost effectiveness", which efficiency, or the extent to which the objective was achieved at the lowest cost. Because these terms are so easily confused, the ODA does not distinguish between them. They do distinguish, however, between efficiency and effectiveness, on the one hand, and impact on the other. France says that efficiency and effectiveness do not have different meanings in French. The UN notes that efficiency usually involves the comparison of different ways of conducting an activity to find the least costly way to achieve goals.

5.3 * IMPACT

A term indicating whether the project has had an effect on its surroundings in terms of technical, economic, socio-cultural, institutional and environmental factors.(See Multiplier Effects 5.10)

5.4 * RELEVANCE PROGRAMME RATIONALE

To what extent are the objectives and mandate of the programme still relevant? Are the activities and outputs of the programme consistent with its mandate and plausibly linked to the attainment of the objectives and the intended impacts and effects?.

5.5 SUSTAINABILITY

The extent to which the objectives of an aid activity will continue after the project assistance is over, the extent to which the groups affected by the aid want to and can take charge themselves to continue accomplishing its objectives.

COMMENTS: The United Kingdom and the Netherlands use the term "viability". USAID has used term "sustainability". Australia refers to "viability" as the extent to which a project is financially viable or able to continue on its own.

5.6 EXTERNAL EFFECTS

The costs and benefits not taken into account in determining the expenditures and financial revenues of the aid programme. These costs and benefits are therefore not considered in the financial cost/benefit analysis.

COMMENTS: France notes that the "effects" method, which is the one that, it uses, allows economic externalities to be considered.

5.7 INTANGIBLES

Cost and benefits which are thought to be pertinent but which cannot be measured and which therefore cannot be included in the economic analysis. These costs/benefits are taken into account by sociological analysis as one example.

5.8 DIRECT EFFECTS

The immediate costs and benefits of both the contributions to and the results of a project without taking into consideration their effect on the economy.

5.9 INDIRECT EFFECTS

The costs and benefits which are unleashed by the contributions to a project and by its results.

5.10 MULTIPLIER EFFECTS ECONOMIC IMPACT

A special indirect effect which deals with the increase in the use of the economy's capacity, by the aid programmes generating a rise in demand.

COMMENTS: In France, "economic impact" encompasses direct, indirect and multiplier effects.

5.11 * COST-BENEFIT ANALYSIS

A form of economic analysis that takes into account the benefits and costs in commensurable and actual monetary values and arrives at a single index to determine the value of a project.

5.12 FINANCIAL COST-BENEFIT ANALYSIS

A cost-benefit made from the perspective of a financial entity such as a project.

5.13 ECONOMIC COST-BENEFIT ANALYSIS

A cost-benefit analysis made from the perspective of the entire economy of which the aid activity is a part.

COMMENTS: Australia notes that it is measured by the economic rate of return using economic prices.

5.14 SOCIAL COST-BENEFIT ANALYSIS

An economic cost-benefit analysis from the perspective of the entire economy, but including distributional considerations.

COMMENTS: Australia notes that it is measured by the social rate of return using an income distribution weighting scheme. The ODA adds that this form of analysis introduces shadow pricing to take into account the real resource cost or benefit.

5.15 COST-EFFECTIVENESS ANALYSIS

An economic or social cost-benefit analysis that quantifies benefits without translating them into monetary terms. This type of analysis allows one to compare alternative ways to accomplish one's objectives. It also allows one to select among alternative activities the one that will accomplish the objective at the least cost.

5.16 INTERNAL RATE OF RETURN

Opportunity cost of the invested capital in which the actual net value of the project is placed at zero.

5.17 REALISED RATE OF RETURN

The rate of return calculated after the project is completed and when reasonable, estimates can be made of the effective investment cost and financial results.

5.2 IMPACT

Large scale infrastructure projects have significant environmental consequences and, if properly managed, can lead to positive technological spin-offs, socio-economic development and environmental quality albeit in different temporal perspectives. 5.103

5. CRITÉRES GÉNÉRAUX D'ÉVALUTATION

5.1 EFFICACITÉ

Terme qui détermine la mesure dans laquelle une activité d'aide atteint ses objectifs. (Voir aussi 5.11 - 5.15).

COMMENTAIRES: La Banque Asiatique de Développement ajoute que ce terme sous-entend que l'on cherche aussi à déterminer si le projet a été mené à bien dans le minimum de temps grâce à l'application des méthodes-variantes les moins coûteuses, ou au contraire s'il y a eu des retards qui auraient pu être évités et si d'autres méthodes n'étaient pas plus appropriées.

5.2 RENDEMENT EFFICIENCE

Terme économique signifiant que l'aide utilise les ressources les moins coûteuses pour atteindre un objectif défini. En d'autres mots, l'aide permet d'obtenir le plus de produits à partir d'apports quantitativement déterminés. (Voir aussi la définition "Analyse Coûts-Bénéfices, 5.11").

COMMENTAIRES: Le Royaume-Uni (ODA) remarque que l'on confond souvent efficacité et efficience. Les choses se compliquent encore avec l'expression "coûts-efficacité", qui a le même sens qu'efficience et vise à déterminer si l'objectif a été atteint au moindre coût. L'ODA ne fait donc pas de distinction entre ces deux termes qui sont trop souvent pris l'un pour l'autre. Mais elle fait une distinction entre, d'un côté l'efficience et l'efficacité, et de l'autre, l'impact. La France remarque que les termes efficience et efficacité sont synonymes en français. Les Nations Unies notent que, d'une manière générale, la notion d'efficience sousentend que l'on compare différents manières de réaliser une activité pour trouver celle qui permet d'atteindre les objectifs de la manière la moins coûteuse.

5.3 IMPACT

Terme qui détermine la mesure dans laquelle le projet a eu des conséquences sur l'ensemble environnant et ceci du point de vue technique, économique, socio-culturel, institutionnel et environnemental. (Voir aussi la définition "effets multiplicateurs", 5.10).

5.4 PERTINANCE (BIEN-FONDÉ) RAISON D'ÊTRE DU PROGRAMME

Dans quelle mesure les objectifs et le mandat sont-ils encore pertinents? Les activités et les résultats sont-ils conformes au mandat et se rattachent-ils de façon vraisemblable à la réalisation des objectifs et à l'obtention des répercussions et effets intentionnels?

COMMENTAIRES: Le Canada pense que, en français, "bien-fondé" est préférable à "pertinence" et que, en anglais, "rationale" est préférable à "relevance". La France souhaiterait substituer "pertinence des objectifs" à "pertinence".

5.5 VIABILITÉ

Terme qui détermine la mesure dans laquelle les objectifs de l'action d'aide peuvent continuer à être réalisés apr's la fin de l'aide. Ou, en d'autres mots, la mesure dans laquelle les groupes cibles de l'aide peuvent et veulent prendre en charge eux-mêmes la poursuite de la réalisation des objectifs de l'aide.

COMMENTAIRES: Le Royaume-Uni et les Pays-Bas emploient le terme "viability". L'USAID a employé le terme "sustainability". En Australie, la notion de viabilité est liée à la mesure dans laquelle un projet est financièrement viable ou peut se poursuivre en se suffisant à lui-même.

5.6 EFFETS EXTERNES

Coûts/bénéfices non pris en compte pour les dépenses et revenus financiers d'une action d'aide. Ces coûts/bénéfices ne sont donc pas considérés dans l'analyse coûts/bénéfices financière.

COMMNETAIRES: La France remarque que la méthode des effets qu'elle utilise permet de prendre en compte les effets externes économiques.

5.7 NON MENSURABLES:

Coûts/bénéfices qui sont considérés comme pertinents mais qui ne peuvent être mesurés et ne peuvent, donc être inclus dans des analyses économiques. Ces coûts/bénéfices peuvent être appréhendés par des analyses sociologiques, par exemple.

5.8 EFFETS DIRECTS

Coûts/bénéfices immédiats des apports et résultats du projet sans considérer les répercussions sur l'économie.

5.9 EFFETS INDIRECTS

Coûts/bénéfices déclenchés par les apports et les résultats du projet.

5.10 EFFETS MULTIPLICATEURS

IMPACT ÉCONOMIQUE

Effet indirect particulier dû à une augmentation de l'utilisation de la capacité de l'économie, résultant d'une augmentation de la demande provoquée par l'aide.

COMMENTAIRES: En France, l'impact sur l'économie englobe les effets directs, indirects et multiplicateurs.

5.11 ANALYSES COÛTS-BÉNÉFICES

Analyse économique qui exprime tous les bénéfices et coûts en termes monétaires mesurables et en valeur réelle pour arriver à des indices unitaires exprimant la valeur d'un projet

5.12 ANALYSE COÛTS-BÉNÉFICES FINANCIÈRE

Analyse ACB faite du point de vue d'une entité financière qui est, par exemple, un projet.

5.13 ANALYSE COÛTS-BÉNÉFICES ÉCONOMIQUE

Analyse ACB faite du point de vue de l'ensemble de l'économie dans laquelle une action d'aide se situe.

COMENTAIRES: L'Australie remarque que cette analyse permet de mesurer le taux de rentabilité économique à partir des prix économiques.

5.14 ANALYSE COÛTS-BÉNÉFICES SOCIALE

Analyse ACB économique faite du point de vue de l'économie entière, mais incluant des considérations liées à la distribution.

COMMENTAIRES: L'Australie remarque que cette analyse permet de mesurer le taux de rentabilité sociale obtenu par l'application de facteurs de pondération correspondant à l'effet sur la répartition des revenus. Le Royaume-Uni (ODA) ajoute que cette forme d'analyse appelle la détermination de prix de référence permettant de tenir compte des coûts ou bénéfices réels au niveau des ressources.

5.15 ANALYSE COÛTS-EFFICACITÉ

Analyse coûts-bénéfices économique ou sociale qui quantifie les avantages sans les monétiser. Elle donne la possibilité de comparer les solutions-variantes permettant d'atteindre les objectifs fixés. Elle permet aussi de sélectionner la solution à choisir pour réaliser les objectifs au moindre coût.

5.16 TAUX DE RENDEMENT INTERNE

Taux d'actualisation du capital investi auquel la valeur nette actuelle du projet égale zéro.

5.17 TAUX DE RENDEMENT INTERNE RÉALISÉ

Taux de rendement interne calculé apr's la réalisation du projet, c'est-à-dire quand le coût d'investissement effectif et les résultats financiers sont connus.

5. CRITERIOS GENERALES DE EVALUACIÓN

5.1 EFICACIA

Término que indica en qué medida un programa de asistencia logra sus objetivos. (Véase también 5.11 - 5.15)

Comentarios: El Banco Asiático de Desarrollo agrega que el término cuestiona si el proyecto se completó en el tiempo mínimo usando alternativas de menor costo o si experimentaron demoras que pudieron haberse evitado y si otros métodos no hubieran sido más apropiados.

5.2 EFICIENCIA

Término económico que significa que la asistencia utiliza los recursos menos costosos necesarios para lograr sus objetivos, en otras palabras, que la asistencia permita producir la mayor parte de los resultados con sus aporte económicos. (Véase el análisis de costo y beneficio, 5.11)

Comentarios: El Reino Unido (ODA) indica que frecuentemente se confunde eficacia con eficiencia. Esto presenta un problema para el término "costo-eficacia", que significa eficiencia, es decir, hasta que punto el objetivo se logró al costo más bajo. Debido a que estos términos se confunden tan fácilmente, la ODA no hace distinción entre ellos. Sin embargo, ellos sí hacen distinción entre eficacia y eficiencia, por un lado, e impacto por otro. Francia dice que eficiencia y eficacia no tienen distintos significados en francés. Las Naciones Unidas indican que eficiencia generalmente tiene el sentido de comparación de las diferentes formas de llevar a cabo una actividad para encontrar la manera menos costosa de lograr las metas.

5.3 IMPACTO

Término que indica si el proyecto ha tenido un efecto en un medio ambiente en términos de factores técnicos, económicos, socioculturales, institucionales y ambientales. (Véase "Efectos multiplicadores", 5.10)

5.4 PERTINENCIA RAZÓN DE SER DEL PROGRAMA

Hasta qué punto son todavía pertinentes los objetivos y el mandato del programa? Están conformes las actividades y resultados del programa a su mandato y están plausiblemente relacionadas al logro de los objetivos y de los impactos y efectos intencionados?

Comentarios: El Canadá sugiere que, en francés, ellos prefieren "bien fundado" a "pertinente", y en inglés, "razon de ser" a "pertinencia". Francia cambiaría "pertinencia" por "pertinencia de los objetivos".

5.5 SUSTENTABILIDAD, VIABILIDAD

Término que indica hasta qué punto los objetivos de una acción de asistencia continuarán luego de que haya terminado tal asistencia, o hasta qué punto los grupos afectados por la asistencia desean encargarse de continuar realizando los objetivos y están en condiciones de hacerlo.

Comentarios: El Reino Unido y los Países Bajos usan el término "viabilidad". La USAID ha usado el término "sustantabilidad". Australia usa "viabilidad" para expresar hasta qué punto un proyecto es viable financieramente o es capaz de continuar, bastándose a sí mismo.

5.6 EFECTOS EXTERNOS

Son los costos y beneficios que no se tienen en cuenta para determinar los gastos y los ingresos financieros del programa de asistencia. Por lo tanto, estos costos y beneficios no se consideran en el análisis de costo-beneficio financiero.

Comentarios: Francia indica que el método de "efectos", que es el que se usa, permite la consideración de efectos económicos externos.

5.7 INTANGIBLES

Se aplica a los costos y beneficios que se consideran pertinentes pero que no se pueden medir y por lo tanto no pueden incluirse en el análisis económico. Estos costos y beneficios pueden considerarse en el análisis sociológico, por ejemplo.

5.8 EFECTOS DIRETOS

Los costos y beneficios inmediatos tanto de los aportes a un proyecto como de sus resultados, sin tener en cuenta su efecto en la economía.

5.9 EFECTOS INDIRECTOS

Los costos y beneficios producidos por los aporte al proyecto y por sus resultados.

5.10 EFECTOS MULTIPLICADORES

IMPACTO ECONÓMICO

Un efecto indirecto especial que trata del aumento de la utilización de la capacidad de la economía, debido a los programas de asistencia que generan un aumento de la demanda.

Comentarios: En Francia, la expresión, "impacto económico" abarca efectos directos, indirectos y multiplicadores.

5.11 ANÁLISIS DE COSTO-BENEFICIO

Un tipo de análisis económico que toma en cuenta los beneficios y los costos en valores monetarios commensurables y reales y llega a un índice único para determinar el valor de un proyecto.

5.12 ANÁLISIS DE COSTO-BENEFICIO FINANCIERO

Análisis de costo-beneficio hecho desde el punto de vista de una entidad financiera como, por ejemplo, un proyecto.

5.13 ANÁLISIS DE COSTO-BENEFICIO ECONÓMICO

Análisis de costo-beneficio hecho desde el punto de vista de toda la economía de la cual forma parte la actividad de asistencia.

Comentarios: Australia indica que este análisis permite medir la tasa de rentabilidad económica, usando precios económicos.

5.14 ANÁLISIS DE COSTO-BENEFICIO SOCIAL

Análisis de costo-beneficio económico desde el punto de vista de la economía entera, pero incluyendo consideraciones de tipo distributivo.

Comentarios: Australia indica que este análisis permite medir la tasa de rentabilidad social usando un esquema de ponderación de la distribución de los ingresos. El Reino Unido indica que este tipo de análisis introduce los precios de cuenta para tener en cuenta los costos o beneficios reales en términos de recursos.

5.15 ANÁLISIS DE COSTO-EFICACIA

Análisis de costo-beneficio económico o social que cuantifica los beneficios sin traducirlos en términos monetarios. Este tipo de análisis permite la comparación de distintos medios para lograr los objetivos. También permite seleccionar entre varias actividades la que habrá de lograr el objetivo a menor costo.

5.16 TASA DE RETORNO INTERNO

Costo de oportunidad del capital invertido en el que el valor neto real del proyecto es igual a cero.

5.17 TASA DE RETORNO EFECTIVO

Tasa de rendimiento que se calcula luego de que el proyecto se ha terminado y cuando se pueden estimar razonablemente los costos efectivos de inversión y los resultados financieros.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

6.1 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Um grupo de técnicas e procedimentos apropriados e úteis para avaliação das atividades de assistência.

COMENTÁRIOS

USAID ressalta que "methods" é utilizado como o mesmo sentido de "methodology".

6.2 FEEDBACK (RETROAÇÃO)

Um termo administrativo que engloba:

- Organização das lições da avaliação para guiar decisões dos programas de ajuda.
- Medidas necessárias tomadas para corrigir falhas encontradas na avaliação.

COMENTÁRIOS

A Austrália enfatiza que o termo inclui o envio dos resultados às unidades operacionais e a realização de acompanhamento para assegurar que eles sejam implementados. Muitos doadores enfatizam que "feedback" deveria envolver uma preocupação em relação às lições aprendidas e/acompanhamento, determinando se os resultados foram implementados. A França assinala que "feedback" pode ser traduzido por "retroação" ou efeito de retorno.

6.3 RELATÓRIOS

6.3.1 ESTUDOS DE BASE

Análise que descreve a situação anterior à recepção da ajuda, que é utilizada para determinar os resultados de uma atividade. Serve como uma referência importante para a avaliação "ex-post".

6.3.2 RELATÓRIO DE TÉRMINO

Descreve a situação após a ajuda ter sido dispensada.

COMENTÁRIOS

Canadá dá outra dimensão ao termo com a seguinte definição: indicadores objetivamente verificáveis que demonstram até que ponto foi atingido o objetivo do projeto.

6.4 EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Grupo de especialistas responsáveis pelo planejamento detalhado e execução de um programa ou avaliação de um projeto.

6. EVALUATION METHODOLOGY

6.1 * METHODOLOGY

A group of techniques and procedures appropriate and useful for evaluating assistance activities.

COMMENTS: USAID notes that "method" is used interchangeably with "methodology".

6.2 FEEDBACK

A management term that covers:

- organising evaluation findings to guide future aid programme decisions;
- necessary measures taken to deal with weakness found in the evaluation.

COMMENTS: Australia stresses that the term includes sending results to the operational units, and doing follow-up to ensure they are implemented. Several donors stress that feedback should include a concern with lessons learned, follow-up, and determining whether results were implemented. France notes that "feedback" can be translated as either "rétroaction" or "effet de retour".

6.3 REPORTS

6.3.1 BASE-LINE STUDY

The analysis describing the situation prior to receiving aid, which is used to determine the results and accomplishments of an activity, and which serves as an important reference for the ex-post evaluation.

6.3.2 AID COMPLETION REPORT

END OF PROJECT REPORT

PROJECT COMPLETION REPORT

The report which describes the situation at the end of the aid action.

COMMENTS: Canada adds another dimension to this term with the following definitions: objectively verifiable indicators that demonstrate to what extent the project's purpose has been achieved; (indices objectivement vérifiables de l'atteinte ou non du but d'un projet).

6.4 EVALUATION TEAM

Group of specialists responsible for the detailed planning and execution of a programme or project evaluation.

6. MÉTHODE D'ÉVALUATION

6.1 MÉTHODE D'ÉVALUATION

Ensemble de techniques et de procédures appropriées et cohérentes utilisées pour évaluer une action d'aide.

COMMENTAIRES: L'USAID note que les mots "methods" et "methodology" sont utilisés de manière interchangeable.

6.2 RÉTROACTION

Terme de gestion qui vise:

- l'organisation de la communication des leçons d'évaluation à ceux qui en ont besoin pour les activités d'aide futures;
- les mesures nécessaires à prendre en vue de pallier d'éventuelles faiblesses révélées par l'évaluation.

COMMENTAIRES: L'Australie souligne que cette notion englobe la transmission des résultats aux unités opérationnelles ainsi que la vérification de la mise en œuvre de ces résultats. Plusieurs donneurs insistent sur le fait que cette notion suppose que l'on se soucie de savoir si les leçons de l'évaluation sont retenues et suivies d'effet. La France remarque que le mot "feedback" peut se traduire soit par "rétroaction", soit par "effet de retour" et qu'il a deux sens: a) restitution de l'information et b) effet en retour.

6.3 RAPPORTS

6.3.1 ÉTUDE DE BASE

Rapport qui décrit la situation avant l'apport de l'aide, à partir duquel on pourra déterminer les résultats donnés par l'activité. Il constitue donc un élément important de référence pour l'évaluation ex-post.

6.3.2 RAPPORT TERMINAL

RAPPORT DE FIN DE PROJET
RAPPORT D'ACHEVEMENT

Rapport qui décrit la situation observée à la fin de l'aide.

COMMENTAIRES: Le Canada ajoute une autre dimension à cette expression en donnant la définition suivante: "objectively verifiable indicators that demonstrate that the project's purpose has been achieved"; indices objectivement vérifiables de l'atteinte ou non du but d'un projet".

6.4 ÉQUIPE D'ÉVALUATION

Groupe de spécialistes chargés de planifier en détail puis d'exécuter l'évaluation d'un projet ou programme.

6. METODOLOGIA DE EVALUACIÓN

6.1 METODOLOGÍA

Conjunto de técnicas y procedimientos adecuados y útiles para evaluar actividades de asistencia.

Comentarios: La USAID indica que se usa indistintamente "método" y "metodología".

6.2 RETROACCIÓN

Término de gerencia que abarca lo siguiente:

- La organización de las comprobaciones en la evaluación para servir de guía en las decisiones sobre futuros programas de asistencia;
- Las medidas necesarias para corregir debilidades encontradas en la evaluación.

Comentarios: Australia enfatiza que el término incluye el envío de resultados a las unidades operativas y el seguimiento que asegure que los resultados se implementen. Varios organismos proveedores insisten en que este término debe incluir la noción de lecciones aprendidas, seguimiento y determinación de si se implementaron los resultados. Francia señala que "feedback" se puede traducir por "retroacción" o por "efecto de retorno".

6.3 INFORME

6.3.1 ESTUDIO DE BASE

Estudio que describe la situación previa a la asistencia; se usa para determinar los resultados y logros de una actividad y sirve de referencia importante para la evaluación ex post.

6.3.2 INFORME FINAL

INFORME DEL FIN DE PROYECTO

INFORME DE TERMINACIÓN DEL PROYECTO

Informe que describe la situación al fin de la actividad de asistencia.

Comentarios: El Canadá agrega otra dimensión a este término con la siguiente definición: Indicadores verificables objetivamente que demuestran hasta qué punto se ha logrado el propósito del proyecto.

6.4 EQUIPO DE EVALUACIÓN

Grupo de especialistas responsables de la planificación detallada y la realización de la evaluación de un programa o proyecto.

